

**MARIANA WAGNER DA SILVA**

**ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
FLORIANÓPOLIS: COMPONENTES OFICIAIS DIANTE DA PERCEPÇÃO DE  
ALGUNS INTEGRANTES DO CONTROLE SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS.**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré – requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Flávio da Cruz, Msc.

**FLORIANÓPOLIS**

**2010**

**MARIANA WAGNER DA SILVA**

**ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
FLORIANÓPOLIS: COMPONENTES OFICIAIS DIANTE DA PERCEPÇÃO DE  
ALGUNS INTEGRANTES DO CONTROLE SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS.**

Esta monografia foi apresentada como trabalho no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo nota final \_\_\_\_\_ atribuída pela banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 12 de Julho de 2010.

---

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.  
Coordenadora de Monografia do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

---

Professor Flávio da Cruz, Msc.  
Orientador

---

Professor Orion Augusto Platt Neto, Dr.  
Membro

---

Professor Loreci João Borges, Dr..  
Membro

"O mundo é como um espelho que devolve a cada pessoa o reflexo de seus próprios pensamentos. A maneira como você encara a vida é que faz toda a diferença."

( Luis Fernando Veríssimo)

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para que eu conseguisse realizar mais uma etapa da minha vida acadêmica.

Agradecimentos mais que merecidos aos meus pais, Frederico e Nair, que fizeram de mim a pessoa que sou hoje, cheia de princípios, metas e de muita determinação. Devo tudo a eles, a base familiar que me foi concedida me fez chegar onde hoje me encontro, concluindo um sonho, e que tenho certeza, um sonho deles também. Agradeço pelos momentos de ausência, irritabilidade e de principalmente, compreensão.

Agradeço ao meu irmão, Bruno, que também me ajudou com sua paciência e me ajudou a descontraír em momentos que se faziam necessários. Pelo estímulo, pelo companheirismo constante em toda a minha vida.

Aos meus avós maternos Aliatar (*in memorium*) e Dalva, pelas intensas demonstrações de carinho, orgulho, que me ajudaram a caminhar em frente, persistir na conclusão desse sonho. À minha avó paterna Juracy (*in memorium*), que além de contribuir de forma muito participativa no patrocínio de meus estudos, investiu não apenas recursos, mas um desejo de ver sua única neta com um curso superior de qualidade.

Ao meu orientador, professor e mestre Flávio da Cruz, por me conduzir nesse trabalho de conclusão de curso com sua paciência, compreensão e confiança depositada. Senti-me muito honrada com a sua orientação, demonstrando além de muito conhecimento técnico, empenho em fazer o melhor trabalho possível.

E também aos meus amigos de faculdade, com auxílio de estudos, trabalhos, exercícios e também de cunho emocional, me apoiando nos momentos em que me senti mais frágil e sem forças pra continuar a seguir em frente. A todos que são importantes pra mim, que mesmo não sendo citados, podem sentir minha gratidão mais profunda. Em especial a seis colegas que me acompanharam em praticamente toda a trajetória acadêmica, Anderson, Nicolle, Raquel, Sizabelle, Karolina e Elís.

## RESUMO

SILVA, Mariana Wagner da. **Análise da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Florianópolis: Componentes Oficiais Diante da Percepção de Alguns Integrantes do Controle Social de Florianópolis.** 83f. Monografia (Curso de Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

Devido às repercussões na atualidade sobre escândalos políticos decorrente da gestão pública nas esferas federal, estadual e municipal a fiscalização por parte da população se faz importante para o exercício do controle social. Uma forma para a fiscalização dos atos da administração pública é a prestação de contas exigida pelo Tribunal de Contas, que conjuntamente com o interesse da sociedade em fiscalizar o ente público se acredita que inibiria a ação de corrupção. Essa pesquisa tem por finalidade geral fazer a análise de como é realizada a prestação de contas da Câmara Municipal de Florianópolis para a sociedade. Objetiva-se também definir aspectos legais da prestação de contas bem como os meios em que são veiculadas. O presente estudo visa oportunizar para a população florianopolitana a narrativa do processo adotado no modo atual de prestar contas da Câmara Municipal de Florianópolis. A fim de alcançar os objetivos definidos foi feita uma pesquisa de cunho bibliográfica e documental, consulta a legislações sobre o tema. Tem por procedimentos quanto aos objetivos é descritiva e quanto à abordagem do problema é qualitativa. A pesquisa tem por limitações o acesso aos documentos de prestação de contas do órgão do Poder Legislativo, haja vista a burocracia encontrada, além de aspectos políticos por 2008, o ano de análise, ser ano eleitoral. É realizada uma breve apresentação do histórico da Câmara Municipal de Florianópolis, seu funcionamento e sua composição fazem parte do escopo do trabalho. Bem como conceituar o que é administração pública, prestação de contas segundo Tribunal de Contas do Estado e da União e Tesouro Nacional, através de instruções normativas e regimento interno e controle social. Na análise dos dados são apresentados os números referentes à prestação de contas que estão disponíveis no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Florianópolis e mostra-se o fluxo para tentar acesso aos balanços previstos na Lei n.º 4.320/1964. É explanado a respeito do e-SFINGE – Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão, um dos meios em que é realizada a prestação de contas para o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Material disponível em portal eletrônico utilizado para a análise das contas foram os balancetes financeiros por categoria econômica. A Instrução Normativa n.TC-06/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõem sobre como há instauração da tomada de contas especial e quais documentos são necessários para a prestação de contas. Os resultados encontrados no estudo foi que a câmara está prestando contas mensalmente ao Poder Executivo através de balancetes financeiros e através do e-SFINGE e balanços da Lei n.º 4.320/1964 para o Tribunal de Contas do Estado. A página eletrônica da Câmara Municipal de Florianópolis veicula poucos demonstrativos sobre a prestação de contas.

**Palavras - chave:** Câmara Municipal de Florianópolis. Prestação de Contas. Fiscalização. Tribunal de Contas.

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1: ORGANOGRAMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS .....	32
FIGURA 2: FLUXO PARA ACESSO AOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CMF.....	47

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1: RELAÇÃO DE VEREADORES DE FLORIANÓPOLIS NO MANDATO DE 2005 A 2008 .....	31
QUADRO 2: RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DOS AUTOS DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL PREVISTO NO ARTIGO 12 DA IN N.TC-06/2008.....	61
QUADRO 3: RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS CONSTANTES NO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 12 DA IN N.TC-06/2008 .....	61
QUADRO 4: RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 12 DA IN N.TC-06/2008 .....	62

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: COMPORTAMENTO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA DE MARÇO À JULHO DE 2008 DA CMF (VALORES EM R\$) .....	51
GRÁFICO 2: COMPORTAMENTO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA DE AGOSTO À DEZEMBRO DE 2008 DA CM (VALORES EM R\$).....	52
GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DA RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA, DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA E ORÇAMENTÁRIA DO PERÍODO DE MARÇO À JULHO DE 2008 .....	54
GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DA RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA, DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA E ORÇAMENTÁRIA DO PERÍODO DE AGOSTO À DEZEMBRO DE 2008 .....	56
GRÁFICO 5: RELAÇÃO DOS SALDOS FINANCEIROS MENSAIS DE APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E BANCO CONTA MOVIMENTO DE MARÇO À JULHO DE 2008.....	57
GRÁFICO 6: RELAÇÃO DOS SALDOS MENSAIS DE APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E BANCO CONTA MOVIMENTO DE AGOSTO À DEZEMBRO DE 2008 .....	58

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE MARÇO À JULHO DE 2008 DA CMF .....	50
TABELA 2: DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE AGOSTO À DEZEMBRO DE 2008 DA CMF .....	51
TABELA 3: EVIDENCIAÇÃO DA RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA, DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA, DESPESA ORÇAMENTÁRIA E RESULTADO FINANCEIRO DE MARÇO À JULHO DE 2008.....	53
TABELA 4: EVIDENCIAÇÃO DA RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA, DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA, DESPESA ORÇAMENTÁRIA E RESULTADO FINANCEIRO DE AGOSTO À DEZEMBRO DE 2008 .....	54
TABELA 5: SALDO MENSAL DE APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E BANCO CONTA MOVIMENTO DE MARÇO À JULHO DE 2008 .....	56
TABELA 6: SALDO MENSAL DE APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E BANCO CONTA MOVIMENTO DE AGOSTO À DEZEMBRO DE 2008 .....	57



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal

CIASC – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina

CMF – Câmara Municipal de Florianópolis

DEM - Democratas

GCMB – Gabinete do Conselheiro Moacir Bertoli

E-SFINGE – Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão

IN – Instrução Normativa

LOA – Lei Orçamentária Anual

LO – Lei Orgânica

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

N – Norma

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDF – *Portable Document Format*

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

PP – Partido Progressista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SGGP – Sistema de Gerenciamento de Gabinete Parlamentar

SIACI – Sistema Instantâneo de Apoio ao Controle Interno

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TC – Técnica

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TCU – Tribunal de Contas da União

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	11
1.2 TEMA E PROBLEMA.....	12
1.3 OBJETIVOS .....	14
1.3.1 Objetivo Geral .....	14
1.3.2 Objetivos Específicos.....	14
1.4 JUSTIFICATIVA .....	15
1.5 METODOLOGIA DE PESQUISA .....	18
1.5.1 Caracterização da Pesquisa .....	18
1.5.2 Coleta e Análise dos Dados.....	20
1.5.3 Delimitação da Pesquisa.....	21
1.5.4 Limitações da Pesquisa .....	21
1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	22
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	24
2.1 CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS .....	24
2.1.1 Histórico .....	24
2.1.2 Funcionalidade da Câmara .....	26
2.1.3 Composição da Câmara.....	30
2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	33
2.3 PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	39
2.4 CONTROLE SOCIAL.....	43
3 ANÁLISE DOS DADOS .....	46
3.1 DADOS ACESSÍVEIS NO PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS .....	46
3.2 E-SFINGE.....	48
3.3 ANÁLISE DOS BALANCETES FINANCEIROS.....	49
3.4 INSTRUÇÃO NORMATIVA N. TC-06/2008.....	59
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES .....	63
4.1 CONSIDERAÇÕES QUANTO AOS OBJETIVOS .....	63
4.2 CONSIDERAÇÕES QUANTO AOS RESULTADOS .....	64
4.3 SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS.....	65
REFERÊNCIAS .....	64
ANEXO A – Balancetes Financeiros de Janeiro à Dezembro de 2008 da CMF. ....	69
ANEXO B – Anexo II da IN N.TC-06/2008 do TCE. ....	81
ANEXO C – Anexo da IN N.TC-06/2008 do TCE.....	82

## 1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta as considerações iniciais, tema, formulação do problema, objetivos, justificativa, metodologia, delimitação da pesquisa e organização do estudo.

### 1.1 Considerações iniciais

A sociedade brasileira, atualmente, está cercada de escândalos políticos, que diretamente estão ligados à administração pública de entidades municipais, estaduais e federais. Pelo menos é isso que se desprende da leitura cotidiana realizada pela autora junto ao periódico Diário Catarinense e nos noticiários de televisão.

Atos corruptos não ocorrem apenas no setor público, estão presentes na área privada também motivados pela ganância de poder, dinheiro, *status* de autoridade. Opina-se que uma parcela significativa da população tem a busca incessante em alcançar um lugar de destaque na sociedade. Alguns através de próprio merecimento e conquista, outros usam de meios corruptos, coagindo com pessoas sem ética, apenas para se beneficiar de uma possível mudança em sua carreira e com isso podem alcançar de uma forma mais rápida, o objetivo esperado de poder e ascensão financeira social.

O setor privado influencia no comportamento da sociedade tanto quanto o setor público. Porém há maior repercussão de corrupção na área pública estatal por serem representantes de uma nação e de que seus salários são pagos através dos tributos que são exigidos da população brasileira. Conforme o código penal brasileiro, em seu artigo 333 aquele que “oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício” deve sofrer pena de reclusão de 2 a 12 anos e multa. Percebe-se um tratamento diferenciado ao setor público quanto às penalidades aplicadas por corrupção.

Opina-se diante desta conjuntura, a população deve recorrer a certos direitos de fiscalização dos entes públicos, definido pelo princípio da publicidade, no qual todo cidadão tem o direito de conhecer os atos praticados na administração pública, para o exercício do controle social.

O controle social se fez presente a partir da CF de 1988, devido a uma perspectiva de democracia representativa, através de orçamentos participativos, plebiscitos até mesmo uma maior transparência das contas públicas. Todavia isso não deve ser tomado como regra geral, já que no Brasil encontra-se muita desigualdade social. Uma parcela da população não tem conhecimento e oportunidade de fiscalizar atos públicos, ocasionando uma fragilidade no sistema de controle social, por ser esta uma parte significativa do povo brasileiro.

## **1.2 Tema e problema**

A administração pública está bastante evidenciada na mídia, decorrente de escândalos políticos através de fraudes, corrupção, distorção das contas públicas. A maneira como é realizado o gerenciamento das contas públicas está delimitado por diversos fatores. A imprensa em geral, por muitas vezes, não é imparcial, contribui na formação de opinião da sociedade. A opinião da pesquisadora é que a mídia evidencia o lado que mais lhe atrai, que nem sempre é o lado do verdadeiro autor corrupto. Os meios de comunicação participam ativamente dos escândalos e é beneficiada de alguma forma por determinados partidos políticos, existe um jogo de interesses entre ambas as partes.

Julga-se que um dos problemas enfrentados, dentre os existentes, na atualidade pelo Brasil é o pouco preparo dos representantes, conduta administrativa duvidosa dos gestores públicos, e principalmente a falta de controle da sociedade, em buscar entender e se preocupar com a comunidade brasileira. São necessárias formas de controle social, para ao menos, dificultar ações ilícitas daqueles que não se conectam com o bem-estar social, o bem comum.

Um dos meios que se podem levantar para auxílio no controle das contas públicas é a prestação de contas, obrigatória em lei, mas por muitas vezes esquecido pela população. Órgãos como o Tribunal de Contas, auxiliam nesse papel de fiscalização das receitas e despesas públicas, porém uma resposta de maior impacto seria a fiscalização da população em julgar ou preocupar-se com o universo das contas públicas.

Segundo Silva (2004, p. 378):

Prestação de contas é o procedimento pelo qual, dentro dos prazos fixados, o responsável está obrigado, por iniciativa pessoal, a comprovar ante o órgão competente o uso, o emprego ou a movimentação dos bens, numerários e valores que lhe foram entregues ou confiados.

O prefeito está sujeito a prestar contas, na forma e prazos estabelecidos na Constituição Federal. Essa prestação se dá através de Balanços Gerais do Estado e será analisado pelo Tribunal de Contas, que irá apresentar um relatório conclusivo detalhado, emitindo um parecer prévio que servirá de apoio ao Poder Legislativo.

O Poder Legislativo exerce um controle sobre a administração pública, porém devem ser limitadas à Constituição Federal. O alcance desse controle está ligado aos órgãos do Poder Executivo, às entidades da administração indireta e o próprio Poder Judiciário, quando executa função administrativa.

Na área pública, os responsáveis por diversas unidades administrativas ou orçamentárias da administração direta e indireta, bem como fundações, devem realizar a prestação de contas.

Esse processo é organizado pelo gestor ou pessoa a quem este delegar competência e será fiscalizado por parte dos órgãos de controle interno e externo, ou seja, o controle pelo Poder Legislativo e Judiciário.

As contas que devem ser prestadas são aquelas com relação à gestão contábil e financeira dos responsáveis por bens e valores do Estado e também relacionados a despesas correntes de convênios, ajustes e concessão de subvenções.

Em suma, pode-se dizer que a Câmara Municipal de Florianópolis, pertencente ao Poder Legislativo, tem por objetivo propor, deliberar e votar projetos de Lei, projetos de Decretos legislativos, projetos de Resoluções de demais matérias afetadas.

A sua administração está baseada na Constituição Federal, Constituição Estadual, a Lei Orgânica do Município, além do seu regimento interno, que norteia as atribuições e define suas funções legislativas, fiscalizadoras e administrativas.

Baseado na importância que a Câmara Municipal de Florianópolis tem e em especial a atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, presumi-se que o modo como ela presta suas contas influencia diretamente na realização das funções.

Tal procedimento pode afetar o juízo de valor que terceiros inclusive outros órgãos do próprio município, fazem a respeito da eficiência, lisura, economicidade das ações praticadas. Então, o objetivo dessa pesquisa é responder a seguinte indagação: ***De que forma é realizada a prestação de contas da Câmara Municipal de Florianópolis para com a Sociedade?***

### 1.3 Objetivos

A pesquisa visa atender ao objetivo geral e específicos, nos quais têm papel importante na construção da monografia pois são utilizados como norteadores acerca do assunto estudado.

#### 1.3.1 OBJETIVO GERAL

O estudo tem como objetivo geral evidenciar os procedimentos e o acesso admitido dos interessados em interpretar e analisar a prestação de contas da Câmara Municipal de Florianópolis, para com a sociedade.

#### 1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A fim de obter o objetivo geral, elenca-se os seguintes objetivos específicos, que permitem de uma forma intermediária e instrumental o alcance do próprio objetivo geral e responder a quesitos mais concretos sobre o tema.

- a) apresentar o histórico da Câmara Municipal de Florianópolis, como é composta, quais suas atribuições e qual a sua participação nas decisões em prol do interesse coletivo;
- b) definir aspectos legais e sociais da prestação de contas, através de leis, instruções normativas e órgãos reguladores;
- c) identificar os meios que são veiculados as contas públicas da Câmara Municipal de Florianópolis.

## 1.4 Justificativa

O seguinte estudo tem sua importância, pois contribuiu para a comunidade acadêmica sobre o tema de prestação de contas e sobre como funciona e o que é o Poder Legislativo municipal. Sabe-se que esse tema é pouco explorado nas aulas, devido ao pequeno tempo despendido para relevantes assuntos da Contabilidade Pública.

Visualiza-se que o modo como a população brasileira vive está ligado ao modo como a administração pública atua em prol das necessidades de coletividade. Podem-se citar as necessidades sociais como responsáveis pela busca em fiscalizar os entes públicos.

O mínimo que se pode desejar para se viver com dignidade é ter acesso à educação, saúde, alimentação, moradia, segurança, cultura. Com um controle social eficiente e eficaz, a mídia não influenciando aos brasileiros, há uma tendência de diminuir os escândalos de corrupção que assombram o nosso país e de as necessidades sociais serem atendidas com maior eficiência e eficácia.

O regime de governo em que o Brasil está inserido, nos dias atuais, é a democracia, onde os cidadãos elegem representantes para que estes possam pensar no coletivo. Atualmente a democracia é dividida em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Tanto pelas suas convicções individuais, de experiências vividas, como pela sensibilidade de saber observar as dificuldades da sociedade, os gestores devem tomar decisões para o bem estar do interesse público.

Além da democracia, o Brasil também já teve a monarquia como regime de governo, na qual o poder está centralizado sob o comando de uma pessoa e é transferido de forma hereditária. A oligarquia, regime nunca adotado pelo país, é o regime composto por um número restrito de pessoas e essas desfrutam de uma série de vantagens devido a sua condição alicerçada no poder. Governos centralizados nas mãos de poucas pessoas, podendo ser nobres ou não é a aristocracia, não seguido pela política brasileira.

E a anarquia, outra forma de regime da qual o Brasil não tem experiência, é situação em que não há governo. O anarquismo possui duas vertentes completamente distintas, uma delas é seu lado vulgar, no qual a sociedade é uma desordem total, pela falta de governo.

E a outra vertente é o lado doutrinário, que afirma que não há necessidade de governo por haver uma ordem na sociedade, há uma estrutura organizada onde os cidadãos vivam com satisfação. Ratificando sobre a anarquia doutrinária, Mello Neto (1998, p. 25) destaca: “Que a vontade individual se manifeste livremente na coletividade, harmonize-se entre eles pela

mesma força da necessidade comum, formule-se no mesmo seio da coletividade e se traduza em feitos pelo trabalho espontaneamente consentido”.

O Brasil teve por muitos anos a forma de governo republicana, na qual os representantes eram eleitos pelos cidadãos, de forma direta ou indireta, e exerceriam mandatos por tempo limitado e tinha por objetivo estabelecer a justiça e o bem estar comum. Em 1964, aconteceu no país o golpe militar, dando origem ao regime de governo militarismo, onde os militares governaram o Brasil.

Na atualidade o Brasil tem uma forma de governo de democracia e sistema de governo presidencialista. Esse sistema de governo é aquele que o presidente da república seria o chefe do governo e Estado e exerceria seu cargo com os ministros formando o Poder Executivo. Os deputados federais e senadores compõem o Poder Legislativo e os juízes e magistrados formam o Poder Judiciário. Os três poderes devem controlar uns aos outros de forma equilibrada respeitando aos termos da lei.

O parlamentarismo também é um sistema de governo adotado atualmente por países como Inglaterra, Suíça; onde os componentes do parlamento são responsáveis por indicar um chefe de governo e também um primeiro ministro. No Brasil, houve duas experiências parlamentaristas: em 1824, no Segundo Império; e em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros e por consequência o vice-presidente João Goulart tomaria posse, no entanto, alguns setores políticos e militares não aderiram à posse de João Goulart, e o parlamentarismo foi imposto durante um ano.

Vigente desde 1988, a CF, sob o regime de democracia e sistema de governo presidencialista, aborda em seu artigo 37, os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência como sendo as premissas constitucionais que regem a administração pública.

Não há uma conceituação explícita do termo interesse público, mas está subentendido quando define o princípio da legalidade onde as decisões do administrador público estão submetidas à lei, dentro da idéia de interesse público. Para LIMA (1982), interesse público “é a finalidade própria da administração pública, enquanto provê a segurança do Estado, à manutenção da ordem pública e à satisfação de todas as necessidades da sociedade”.

O interesse público abrange uma série de necessidades da sociedade, tanto as necessidades coletivas quanto às individuais de uma forma genérica. Dentre as necessidades ditas primordiais, pode-se citar saúde, educação, emprego, segurança, moradia, alimentação.



Para melhor compreender a expressão interesse público pode-se entender como sendo o conjunto dos interesses individuais com os interesses de quando fazem parte da sociedade como um todo. Para ratificar, segundo Kohama (2008, p.1):

O bem-estar da comunidade é, pois, a organização de todos os seus bens particulares, e não a simples soma dos bens individuais, como faz crer o liberalismo, sem a absorção de seus bens pelo Estado, como induz o socialismo, residindo a missão do Estado nessa tarefa organizadora e coordenadora.

O Estado tem o dever de proporcionar, dentro dos limites dos recursos que lhe são repassados, aos cidadãos esse bem-estar, a satisfação em todas as áreas, como saúde, educação, transporte, cultura, alimentação, emprego e é dessa maneira que se deve analisar a quem conceder o voto, verificar a importância para a sociedade desse ato democrático.

O voto não é apenas o instrumento de democracia, mas também de cidadania. A fiscalização também é uma forma de exercer a cidadania. A análise deve ser realizada dos atos desses eleitos, como estão gerindo os recursos públicos, se estão fazendo as destinações mais apropriadas ao momento e ao local em que vivem. Essa fiscalização deve ser feita junto com órgãos reguladores, através da prestação de contas das entidades estatais.

Esse trabalho justifica-se pelo interesse em oportunizar para a população florianopolitana a narrativa do processo adotado no modo atual de prestar contas exercidas pela CMF.

Por outro lado, nota-se que a prestação de contas é uma maneira de analisar com mais precisão e confiabilidade as contas públicas e tem por justificativa influenciar alunos do curso de Ciências Contábeis a se envolver com este tipo de pesquisa acadêmica.

Justifica-se também por exercer de forma participativa o controle social e percebe-se que esse controle deve ter início nas camadas inferiores da pirâmide social e no seu contato potencial com a estrutura pública estatal mais próxima do cidadão comum. Observa-se que a CMF seja um órgão que está diretamente ligado aos cidadãos e por essa razão optou-se por verificar a sua prestação de contas para com a sociedade, no caso em questão a cidade de Florianópolis.

## 1.5 Metodologia da pesquisa

Para que qualquer pesquisa de âmbito científico tenha um caminho delineado e que a mesma seja um aprendizado e que possa também difundir conhecimento, é necessário o uso da metodologia, e segundo Barros e Lehfeld (2007, p.1) a metodologia: “Consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou não no que diz respeito às implicações de suas utilizações”.

A metodologia é um norteador dos passos da pesquisa, é um conjunto de procedimentos que deve ser usado para obter o conhecimento, conforme Barros e Lehfeld (2007). Ela estuda a melhor maneira de abordar determinados problemas, não procura soluções, mas escolhe um caminho para encontrá-las. Ribeiro e Cruz(2003, p. 10) enfatizam que “metodologia científica não é um simples conteúdo a ser decorado pelos alunos, para ser verificado num dia de prova, trata-se de fornecer aos alunos um instrumental indispensável para que sejam capazes de atingir o estudo e a pesquisa em qualquer área de pesquisa”.

A importância da metodologia consiste em apoiar as produções de cunho científico, para qualquer que seja a área de pesquisa, ela é um elo entre a pesquisa e a disseminação do conhecimento estudado por um indivíduo. Pois de pouco importa um conhecimento que não pode ser transmitido à sociedade.

A metodologia utilizada está subdividida em quatro tópicos: Caracterização da Pesquisa, Coleta e Análise dos Dados e Delimitação da Pesquisa e Limitações da Pesquisa.

### 1.5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para atender aos objetivos explicitados na seção 1.3 deste, os objetivos, fez-se uma pesquisa, através de colheita de documentos referentes ao assunto abordado no tema como, por exemplo, relatórios de prestação de contas da Câmara Municipal de Florianópolis, fazer uma análise de como são apresentados esses dados. Além desses documentos e para compreendê-los foi necessária uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, legislação aplicável e

de que maneira funciona uma Câmara Municipal, em questão a da capital do Estado de Santa Catarina.

Essa pesquisa, quanto aos procedimentos é bibliográfica e documental.

Conforme Carvalho (1989, p. 156):

A pesquisa bibliográfica é a realizada através da identificação, localização e compilação dos dados descritos em livros, artigos de revistas especializadas, publicações de órgãos oficiais, etc., sendo necessária a qualquer trabalho de pesquisa, antecedendo a própria pesquisa experimental.

Os documentos que serão analisados para atingir o objetivo e responder ao problema foram leis, relatórios emitidos pela Câmara Municipal de Florianópolis, bem como normas técnicas de órgãos como o Tribunal de Contas da União. Ou seja, foram considerados documentos cientificamente autênticos (CARVALHO, 1989, p. 157) que auxiliam na investigação histórica, no caso da Câmara Municipal.

Quanto aos objetivos a pesquisa tem caráter descritivo, pois descreveu os dados, os valores das contas públicas, ou seja, foi feita uma identificação, relatório para que se possa comparar os dados de um ano ou mês para o outro. Foi realizada uma observação das contas públicas da Câmara Municipal de Florianópolis a fim de analisá-las, classificá-las e compará-las. Para Barros e Lehfeld (2007, p.85) a “pesquisa descritiva não há interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto da pesquisa, procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, característica, causas, relações e conexões com outros fenômenos.” Foi feita uma apresentação dos dados fornecidos pelo órgão a que se pretende pesquisar.

A abordagem do problema dessa pesquisa é de cunho qualitativa, pois busca o entendimento da prestação de contas da CMF e também não foram utilizados instrumentos estatísticos para responder ao problema do estudo.

De acordo com Oliveira (1998), a pesquisa qualitativa mostra-se adequada quando o pesquisador necessita de uma melhor compreensão sobre o comportamento de múltiplos fatores e elementos que implicam sobre determinados fatos. Ainda sobre a abordagem qualitativa para RICHARDSON (1999, p. 79) a pesquisa é de abordagem qualitativa quanto ao problema, pois “não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas”.

Para fins de responder o problema formulado acima, instrumentos de estatística não foram necessários, pesquisas bibliográficas e legais fizeram parte do embasamento para tentar solucionar o problema apresentado. Visto que se tentou analisar a forma de como é feita à

prestação de contas da CMF para com a sociedade, e não tem segundo que se pode perceber, validade o uso de instrumentos quantitativos.

### 1.5.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para que se pudesse fazer a análise da prestação de contas da Câmara Municipal de Florianópolis, os dados das contas públicas foram obtidos através de documentos elaborados pelo próprio órgão em questão. Além desses documentos, acessou-se a legislação aplicada a esse órgão, no que diz respeito à prestação de contas que são regulados por entidades competentes, como é o caso do Tribunal de Contas.

Outras fontes foram necessárias para que se possa responder ao problema estabelecido, como, por exemplo, artigos sobre o tema, segundo Ribeiro e Cruz (2003), caracterizados como fontes secundárias, nas quais citam, revisam e interpretam trabalhos originais; e as fontes primárias são os trabalhos originais publicados pela primeira vez pelos autores. E para auxiliar na coleta de dados utilizou-se de livros originais sobre Contabilidade Pública.

Utilizou-se de poucas fontes primárias porque o assunto abordado é bastante pesquisado por vários autores brasileiros, e o tema sofre constantes modificações tanto legais quanto de avanço da cultura política dos brasileiros. As fontes secundárias foram as mais predominantes na pesquisa apresentada, pelos mesmos motivos da pouca utilização de fontes primárias.

Como instrumento de coleta de dados optou-se por entrevistas e a técnica utilizada foi a entrevista informal e a mesma foi realizada com profissionais da área, no caso dessa pesquisa com servidores da Câmara Municipal de Florianópolis. Foi usada essa técnica por ter uma pessoa conhecida e tem o cargo de administradora na controladoria do órgão abordado e por isso facilitar a coleta de dados. A entrevista também foi direcionada aos seguintes cargos na CMF: assistente administrativo e contador da controladoria, técnico em contabilidade do departamento financeiro, técnico em administração da gerência de contabilidade.

Segundo Carvalho (1989, p. 157), entrevista:

[...] constituem uma técnica alternativa para se coletar dados não-documentados sobre um determinado tema. Deve-se levar em consideração que a entrevista pode ter suas limitações: dependendo da técnica adotada, os entrevistados podem não dar as informações de modo preciso ou o entrevistador avaliar/julgar/interpretar de forma distorcida as informações.

Algumas considerações precisaram ser cuidadas quando foi utilizada a entrevista informal, pois conforme Carvalho (1989, p.157):

Requer que se organize um roteiro inicial para introdução ao tema, mas não há uma preocupação com o controle rígido das respostas, pois seu objetivo é justamente ampliar as perspectivas de análise de um tema, ou ampliar o conhecimento sobre a relação teoria-prática de uma área específica.

E por fim, os dados coletados foram analisados pelo método descritivo, que como cita Zikmund (2006, p.426) “a análise descritiva refere-se à transformação de dados brutos em uma forma que facilite sua compreensão e interpretação”. Através dessa análise que se busca responder a problemática formulada anteriormente.

### 1.5.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa delimitou-se aos documentos e informações fornecidas pela CMF no que tange a sua prestação de contas a sociedade, os documentos utilizados foram os balancetes financeiros de Março à Dezembro e registros contábeis de despesas trienais liquidadas. Utilizou-se o ano de 2008 para coleta dos dados. Esse trabalho não teve por finalidade analisar o orçamento da Câmara Municipal de Florianópolis, nem como foram realizadas as destinações dos recursos. Também não foi foco desse trabalho realizar o controle das contas, função essa que deve ser atribuída ao TCE.

O presente trabalho visou apenas à análise de como é feita a prestação de contas da Câmara Municipal de Florianópolis e de que forma é veiculada para a sociedade.

### 1.5.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa submeteu-se aos documentos fornecidos para efeito de análise da prestação de contas da Câmara Municipal de Florianópolis, já sabendo que há risco de que sejam

decorrentes de fraude ou erro e na presunção de que fidedignidade, veracidade e legitimidade estejam presentes nos documentos consultados.

Limitou-se também por se tratar de que ano de 2008 foi um ano eleitoral, temendo-se que informações relevantes pudessem ser omitidas para favorecer alguns partidos políticos, além de saber da existência de informações confidenciais que não possam ser expostas à população.

Aspectos políticos também podem ser limitadores quanto à clareza e qualidade das informações necessárias para verificação da prestação de contas da Câmara Municipal de Florianópolis, uma vez que permanência partidária no Poder Executivo pode acarretar vícios do sistema político e a renovação é um fator saudável para a qualidade e transparência das contas públicas.

Outra limitação encontrada na pesquisa foi o material escasso sobre o histórico da Câmara Municipal, visto que não foi vivido pela autora do trabalho de conclusão de curso o surgimento do órgão em questão e as particularidades da cidade no século XVIII.

Pode-se apontar que o instrumento de coleta dos dados, a entrevista informal também pode ser considerado um limitador. A maneira como foi conduzida a entrevista poderia ser mais satisfatória ou não de acordo com a persuasão enfática adotada pela pesquisadora. E por fim o tamanho da amostra também é um limitador, porque foram utilizados poucos dados para a análise da prestação de contas da CMF.

Outro fator limitante é a falta de publicação eletrônica dos balanços públicos previstos na Lei n.º 4.320/1964. Outra deficiência é o formato do arquivo, em um determinado mês é em excel em outro mês é PDF.

Foram usados os dados dos balancetes financeiros, haja vista que a maioria dos demonstrativos não contempla todos os meses do ano de 2008 ou as informações nele contidas não eram de interesse da pesquisa.

## **1.6 Organização do trabalho**

A presente monografia, elaborada como condição necessária à formação no curso de graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina, está organizada em quatro capítulos.

O primeiro deles é composto pela introdução do trabalho. Está subdividido em seções que auxiliam na determinação de como será iniciado o estudo. Os componentes são considerações iniciais, tema e problema, objetivos, justificativa e organização do trabalho que irão dar à diretriz do trabalho como um todo. Outra seção é a metodologia e é demonstrada a forma como os dados foram coletados e como serão analisados. Essa seção ainda é composta da delimitação e a limitação da pesquisa, para definir o espaço que será estudado.

O capítulo dois é formado pela fundamentação teórica que se entende ser necessária para dar o embasamento necessário a fim de analisar a prestação de contas da Câmara Municipal de Florianópolis. Nesse capítulo serão expostos os assuntos relacionados à estrutura e funções da administração pública, contabilidade pública, legislação existente sobre o termo prestação de contas e a câmara.

Por conseguinte, o capítulo três dedica-se a apresentar os dados que serão utilizados para analisar e responder a pergunta tema dessa monografia. São apresentados os dados através de relatórios fornecidos pela CMF.

E por fim, o quarto capítulo contém as considerações finais que tem por objetivo apresentar as conclusões a respeito do assunto abordado no tema, verificar se o problema da pesquisa foi respondido de maneira satisfatória e realizando as devidas orientações de propostas de futuros trabalhos sobre o mesmo tema. Após esse capítulo, apresentar as referências usadas para sustentar aspectos teóricos da monografia.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo é apresentado o arcabouço teórico que fundamenta os conceitos entendidos como os relevantes da presente monografia. Primeiramente é explanado o surgimento, histórico, funcionamento e membros da Câmara Municipal de Florianópolis. No tópico seguinte é apresentado o tema de administração pública e por fim definido o conceito de prestação de contas.

### **2.1 Câmara Municipal de Florianópolis**

É apresentada nessa seção, uma noção da história da Câmara Municipal de Florianópolis, o seu surgimento, pessoa importante que a fundaram, bem como ela realiza as suas atividades e quais são as suas atribuições nos dias atuais. Por fim irá ser apresentado a composição da Câmara Municipal e o papel das posições mais importante dentro do órgão.

#### **2.1.1 HISTÓRICO**

No Brasil Colônia, conforme extraído do sítio eletrônico da entidade em questão, na qual a historiadora Silvia Maria de Barros salienta, que o poder político era dividido em vilas, e estas eram compostas por Casa de Câmara, que se situava perto das igrejas. No dia 23 de Março de 1726, o pequeno povoado, ou seja, localidade sem nenhuma estrutura administrativa, de Desterro elevou-se a categoria de Vila, e partir de então houve a primeira eleição do poder público da Câmara do Desterro.

A menor unidade política administrativa e religiosa do reino português e do império brasileiro era a freguesia. Após essa categoria passa-se à vila, no caso acima, o município de Desterro tinha como sede a vila e apenas em 1823 foi elevado à categoria de cidade, e



naquela época era quase um título honorífico, honroso, segundo o professor Sergio Luiz Ferreira.

Os primeiros representantes da casa foram eleitos em sorteio, contam as tradições, e foram eles: o Juiz Domingos Lopes, o procurador Antônio de Castilho, o Vereador Francisco Martins, o escrivão Sebastião Rodrigues Camacho e o Capitão-Mor Sebastião Rodrigues de Bragança, segundo a historiadora Silvia Maria de Barros.

O cargo de escrivão, acima citado, era aquele responsável por escrever e registrar todos os dados da cidade. Um dos mais famosos escrivões que se tem conhecimento foi Pero Vaz de Caminha. Segundo o regimento dos capitães-mores do rei D. Sebastião I, publicado em 1750 em Portugal, cada terra deveria ter um capitão-mor e o mesmo possuía a responsabilidade de recrutar as tropas em cada capitania, era um cargo militar, conforme Sebastião da Cruz.

No Brasil colônia, conforme consta no sítio eletrônico do órgão em questão apontado pela historiadora Silvia Maria de Barros, a Câmara detinha autoridade da organização social e poderes de determinar a postura e costumes dos moradores da vila. A eleição continuava a ser exercida de modo peculiar. Os moradores eram convocados a comparecer à Câmara, onde diante do juiz mais velho era dito em voz baixa e exercia seus direitos de cidadão. Em 1758, foram adquiridas pela câmara cinco casas do Capitão Bastos, localizadas no Largo da Matriz, para ali definir sua sede.

O Largo da Matriz, Largo do Palácio ou Praça Barão de Laguna foram os primeiros nomes dados a tão conhecida Praça XV de Novembro em Florianópolis. No ano de 1763, só existiam três prédios na praça: a capela, o prédio do Conselho (a Prefeitura e a Câmara) e o Palácio do Governo. Como se pode observar, a Câmara se instalou em pleno centro da cidade, onde ocorriam os grandes encontros políticos, segundo Caruso (1982).

As construções da época eram feitas de pau a pique, ou seja, feitas de barro aplicado sobre um estramado – estrutura com peças maiores de bambu ou madeira postas verticalmente nos vértices e horizontalmente formando grandes quadrados – de bambu, e por essa razão não duravam muito tempo, logo se deterioravam, segundo sítio eletrônico da CMF descritos por Silvia Maria de Barros.

Em razão da estrutura frágil da câmara, conforme extraído da página eletrônica da câmara, foi instituído um imposto de 20.000 réis para cada pipa - unidade de medida de capacidade para líquidos, de origem européia, geralmente equivalente a meio tonel - de cachaça que entrasse ou saísse dos arredores. Esse imposto iria compor o fundo para a

construção de uma nova sede da Câmara. Em 1º de Novembro de 1770 o ouvidor São Paio abre licitação para a obra de construção em prática, segundo Silvia Maria de Barros.

A moeda em que foi instituído o imposto para a pipa de cachaça era em réis, se utilizar-se tabela de conversão de moedas presente conforme Neto et al (2005), sem considerar padrão inflacionário, nos dias atuais esse imposto seria de aproximadamente R\$ 0,000000000000000727; porém para determinar um padrão monetário condizente com a realidade haveria de se aplicar a correção monetária, caso que não será abordado nesse estudo, pois há uma dificuldade de encontrar um indexador ideal para o caso.

Iniciou-se assim a construção da nova sede da casa legislativa. A duração da obra foi de 9 anos e 10 meses e foi inaugurada em Dezembro de 1780, segundo o portal da Câmara Municipal de Florianópolis. Sua sede serviu, além de local de posse dos presidentes da província, para bailes e festas. Naquela época, o que se denomina hoje como Estado, era chamado de província, ou seja, divisão territorial, na qual tinham pouca autonomia política e seus presidentes eram nomeados pelo governo federal, conforme Silvia Maria de Barros.

O prédio histórico da Câmara é de importante valia no contexto político-social da cidade, segundo Silvia Maria de Barros. Internamente não abriga mais nenhuma peça do mobiliário original. Esse prédio possui 226 anos de trajetória legislativa da cidade de Florianópolis, até o ano de 2005 a câmara se localizava no Palácio Dias Velho na Praça XV de Novembro. E hoje a Câmara passou a se instalar na Rua Anita Garibaldi, número 35, por haver a necessidade de reunir todos os setores da administração do Poder Legislativo, até então separados em virtude do pequeno espaço do prédio histórico.

## 2.1.2 FUNCIONALIDADE DA CÂMARA

A Câmara Municipal de Florianópolis é um órgão que responde pela parte legislativa e é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional.

Conforme a Lei n.º 4.320 de 17 de Março de 1964, em seu artigo 2º, parágrafo 2º, inciso I, os demonstrativos devem evidenciar as despesas e discriminadas por função do Governo. Entende-se por função: “o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público” segundo o parágrafo 1º do artigo 1º da Portaria n.º 42 de 14 de Abril de 1999. E observa-se que a Câmara tem como função a legislativa e que por

consequentes subfunções a ação legislativa e o controle externo. E a subfunção é uma subdivisão da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público, conforme parágrafo 3º do referido artigo anterior.

A ação legislativa nada mais é que a produção de leis e o controle externo a fiscalização do Poder Executivo, e tem por objetivo a preservação do bem estar da comunidade. A Câmara atua na deliberação, proposta e votação de projetos de leis, projeto de decretos legislativos, projetos de resoluções dentre outras.

A função de vigilância, fiscalização que o poder legislativo detém sobre o executivo teve início na Inglaterra e sob dois aspectos, conforme Weinert (1981). O Parlamento não só investigava e apurava irregularidades, mas também tinha uma posição construtiva, não apenas punitiva.

Há de se destacar, que segundo Bonavides, Montesquieu foi o articulador da repartição dos poderes e teve mais abrangência após a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial devido às transformações ocorridas pelos eventos citados. Com o abandono da separação rígida, Weinert (1981), cada poder não se detinha mais às suas próprias atribuições, havia uma mescla simultânea de atividades entre os poderes. Entretanto, conforme Weinert (1981, p.57), há uma falta de domínio do Poder Legislativo em relação ao Executivo:

[...] hoje, em correlação ou complementaridade das funções estatais com vistas a justificar uma política de cooperação entre o Legislativo e o Executivo, destinado à obtenção das leis boas, em tempo útil, posição que não consegue disfarçar, todavia, a intenção de dar legitimidade à crescente intromissão do Poder Executivo em áreas da atividade típica do Poder Executivo.

Esse declínio aparente do poder Legislativo tem como algumas de suas possíveis causas a intervenção do Estado do século XX invadindo áreas das Casas legislativas e o próprio despreparo técnico, material e por muitas vezes, intelectual, em enfrentar as mudanças advindas da sociedade moderna. Foi aberta uma lacuna para que o Poder Executivo se tornasse mais habilitado para suprir as necessidades de uma nova sociedade.

No Brasil, o Poder Legislativo iniciou suas atividades em 1826, através da Assembléia Geral composta pela Câmara de Deputados e Senado, a câmara tinha caráter temporário e tinha como funções a elaboração de leis básicas para garantir liberdade e a soberania do país sob orientação da Carta Constitucional do Império de 1824, segundo Weinert (1981). Após o movimento revolucionário de 1964 as prerrogativas referentes ao Poder Legislativo foram gradativamente extintas em face de uma legislação excepcional que iria contra os ideais democráticos identificados pelos brasileiros.

Atualmente, as principais atribuições do órgão legislador municipal, segundo portal eletrônico da CMF, são controlar e fiscalizar os atos do Poder Executivo; julgar infrações político-administrativas do Prefeito e de seus pares, práticas de atos administrativos nos assuntos de sua economia interna; exercício das atividades vinculadas em legislação vigente; deliberações administrativas; sugestões ao Executivo; e sobre qualquer assunto que possa afetar os interesses coletivos da população.

O período de atividades da casa compreende quatro anos a contar da data da posse dos Vereadores até o final de seu mandato.

Para que o Poder Legislativo exerça suas atribuições, são realizadas sessões plenárias que somente podem ser iniciadas e ter prosseguimento com a presença de, no mínimo, um terço dos representantes da Câmara. Essas sessões plenárias são abertas ao público e podem ser de caráter de instalação, ordinária, extraordinária, especiais, solenes e comemorativas.

O plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara e é composto pelos Vereadores e esses exercem suas atribuições políticas, deliberativas e legislativas.

A Câmara tem o poder de instituir, conforme a Lei Orgânica do Município de Florianópolis n.º 29 de Julho de 2009, artigo 40 inciso IV, Comissões Legislativas, que são compostas por Vereadores e com a participação de Partidos Políticos ou Coligações Partidárias. Essas comissões têm por objetivo primordial elaborar estudos e pareceres técnicos, além de realizar investigações ou representar a Câmara. As comissões podem ser temporárias ou permanentes, de acordo com a necessidade, conforme artigo 27 e 28 do Regimento Interno da CMF.

No momento da consulta, em Abril de 2010, existiam nove comissões permanentes, e são realizados estudos para balizar, ou seja, direcionar, limitar a decisão do Plenário. São emitidos pareceres técnicos e realizadas audiências públicas para ampla discussão. As comissões temporárias eram quatro, como o próprio nome já diz são transitórias e assim que seus objetivos forem alcançados ou extinguidos por deliberações se dá por encerrada a comissão.

A Câmara não administra o Município ela tem a função de regulação, através de normas estabelecidas. Não executa obras e serviços públicos, mas dispõe sobre sua execução. As funções da casa legislativa são divididas em quatro categorias principais, segundo página eletrônica da CMF:

- função legislativa: é a principal e abrange a aprovação de leis sobre matérias que compete exclusivamente ao município;

- função de controle e fiscalização: deve controlar político-administrativamente a conduta do Executivo como também deve realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional dos atos do prefeito;

- função administrativa: é restrita a sua organização interna e está submetida a aprovação do Tribunal de Contas;

- função julgadora: conforme previsto em lei, tem o poder fazer julgamento de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores que através de seus atos firam as normas legais no exercício de seus mandatos.

O processo legislativo encerra o conjunto dos atos e procedimentos a serem obedecidos na produção dos atos normativos que derivam diretamente da própria Constituição. É composta por fases e atos que tramitam de uma proposição na qual deve ser submetida à deliberação do plenário e pode ser de iniciativa de qualquer vereador, mesa, comissão da câmara, prefeito ou ainda, da população.

A matéria que foi examinada e que, por conseguinte, for discutido pelas comissões é posta em votação. Quando o projeto é aprovado, após a sessão de votos, é encaminhado ao Executivo para que ele seja sancionado ou não.

Ao sancionar o projeto, o Prefeito troca àquilo que até então era projeto em lei, caso não concorde com o projeto acontece o veto total ou parcial. Após aprovação do projeto o mesmo é transformado em lei quando é aprovado pelo Legislativo e, por conseguinte sancionado expressa ou tacitamente pelo Executivo.

Para que a lei seja executável e obrigatória ela deve ser promulgada e publicada no órgão da imprensa oficial, o diário oficial. E segundo Silva (2008, p. 70), “Promulgação é o atestado da existência da lei. É um ato declaratório. Mostra que a lei é executável, mas ainda não é obrigatória, pois, para tanto, precisa ser publicada”. Quando há sanção pelo Executivo do projeto de lei, a promulgação ocorre simultaneamente. Entende-se por publicação o ato de se fazer conhecida uma lei nova que entra em vigor e por ela é imposta a obrigatoriedade.

Caso o projeto ter sido vetado, é encaminhado de volta à Câmara e esta tem 30 dias para a sua apreciação. A Câmara mantendo o veto, não transforma o projeto aprovado em lei; caso recorra ao veto será encaminhado ao Prefeito o projeto com o veto negado para que haja a promulgação.

O Prefeito tem prazo máximo de 48 horas para se posicionar a respeito, caso isso não seja executado, o Presidente da Câmara publicará a lei, a fim de dar-lhe legitimidade e conhecimento a toda a sociedade do seu texto para cumprimento, caso em que a lei é promulgada pelo titular do poder legislativo.

Essas são, em suma, as atribuições da Câmara e como isso é realizado. Existem prazos na aprovação de projetos dentre outros, normas que devem ser seguidos, assim como formação de comissões sobre assuntos que devem ser de interesse coletivo.

Para que desenvolva suas atividades e funções, a Câmara Municipal de Florianópolis dispõe de recursos oriundos da PMF, segundo a Lei Orçamentária Anual n.º 7.500 de 21 de Dezembro de 2007.

Para que suas funções sejam alcançadas, a Câmara Municipal de Florianópolis recebe através da Prefeitura recursos para a realização de suas atividades, conforme a Lei Orçamentária n.º 7.500 de 21 de Dezembro de 2007. Em seu artigo 3º item 2.1 – I define o valor monetário de recursos anuais de R\$ 28.789.150,00.

No artigo 19, parágrafo 2º dessa mesma lei determina como serão repassados ao Poder Legislativo esses recursos: “ As importâncias devidas ao Poder Legislativo, serão repassadas em parcelas mensais, sucessivas, nos prazos previstos no artigo 90, da Lei Orgânica do Município de Florianópolis”. O prazo previsto na Lei Orgânica do Município é até o dia 20 de cada mês.

### 2.1.3 COMPOSIÇÃO DA CÂMARA

A Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis era composta de dezoito vereadores no exercício do mandato de 2005 a 2008. Estes todos foram eleitos pelo povo, em pleito regular de direito. Abaixo estão listados os vereadores eleitos para o exercício da décima quinta legislatura:

<b>Nome</b>	<b>Bairro Residencial</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Partido</b>	<b>Profissão</b>
Alceu Nieckarz	Agronômica	15/7/1963	PL	Bispo da Igreja Evangélica
Alexandre Filomeno Fontes	Lagoa da Conceição	9/11/1959	PP	Autônomo
Ângela Albino	Estreito	28/8/1969	PC do B	Funcionária Pública
Aurélio Castro Remor	Centro	28/11/1957	PSDB	Funcionário Público
Dalmo Deusdedit Meneses	Rio Vermelho	19/7/1951	PP	Funcionário Público
Deglaber Goulart	Capoeiras	7/8/1963	PMDB	Empresário
Gean Marques Loureiro	Bom Abrigo	9/10/1972	PMDB	Não exerce outra profissão
Guilherme da Silva Grillo	Coqueiros	5/6/1963	PSDB	Empresário
Hazael Tércio da Costa Batista	Carianos	7/4/1974	PMDB	Pastor Evangélico
Jaime Tonello	Córrego Grande	3/3/1954	DEM	Farmacêutico e Bioquímico
Jair Antônio Miotto	Estreito	31/7/1970	PTB	Pastor Evangélico
João Aurélio Valente Junior	Centro	03/01/1957	PP	Não exerce outra profissão
João Batista Nunes	Córrego Grande	15/5/1967	PDT	Não exerce outra profissão
João da Bega Itamar da Silveira	Rio Vermelho	12/12/1943	PMDB	Comerciante
Juarez Silveira	Centro	5/9/1955	PTB	Autônomo
Márcio José Pereira de Souza	Centro	4/3/1959	PT	Professor
Ptolomeu Bittencourt	Centro	4/12/1961	DEM	Funcionário Público
Walter da Luz	Jardim Atlântico	16/11/1947	PSDB	Funcionário Público e Médico

Quadro 1: Relação de Vereadores de Florianópolis no mandato de 2005 a 2008

Fonte: CMF 2010

A Câmara é composta por uma Mesa Diretora e um Presidente. A mesa diretora tem por finalidade direcionar, administrar e executar as deliberações aprovadas pelo Plenário, na forma regimental. É o órgão administrativo da Câmara e é de representação e deliberativo das atividades legislativas e administrativas. É constituída de um Presidente, que no mandato em questão era representado pelo Vereador Ptolomeu Bittencourt Junior, Vice-Presidente, Guilherme da Silva Grillo, 1º Secretário, Jair Antônio Miotto e 2º Secretário, Alceu Nieckarz. O presidente tem a função de representante legal da Câmara, cabendo-lhe funções administrativas e diretivas de todas as suas atividades internas. O Vice-Presidente tem como atribuição substituir o Presidente em casos de ausência ou falta. Os Secretários têm o objetivo de auxiliar o Presidente nos seus serviços.

A CMF possui a sua estrutura organizacional para o funcionamento do Poder Legislativo de acordo com a Resolução n.º 837/2003, com alterações pelas Resoluções n.º 980/2004, 999/2005, 1000/2005, 1029/2005, 1036/2005, 1093/2006.

O organograma a seguir mostra como é essa estrutura:

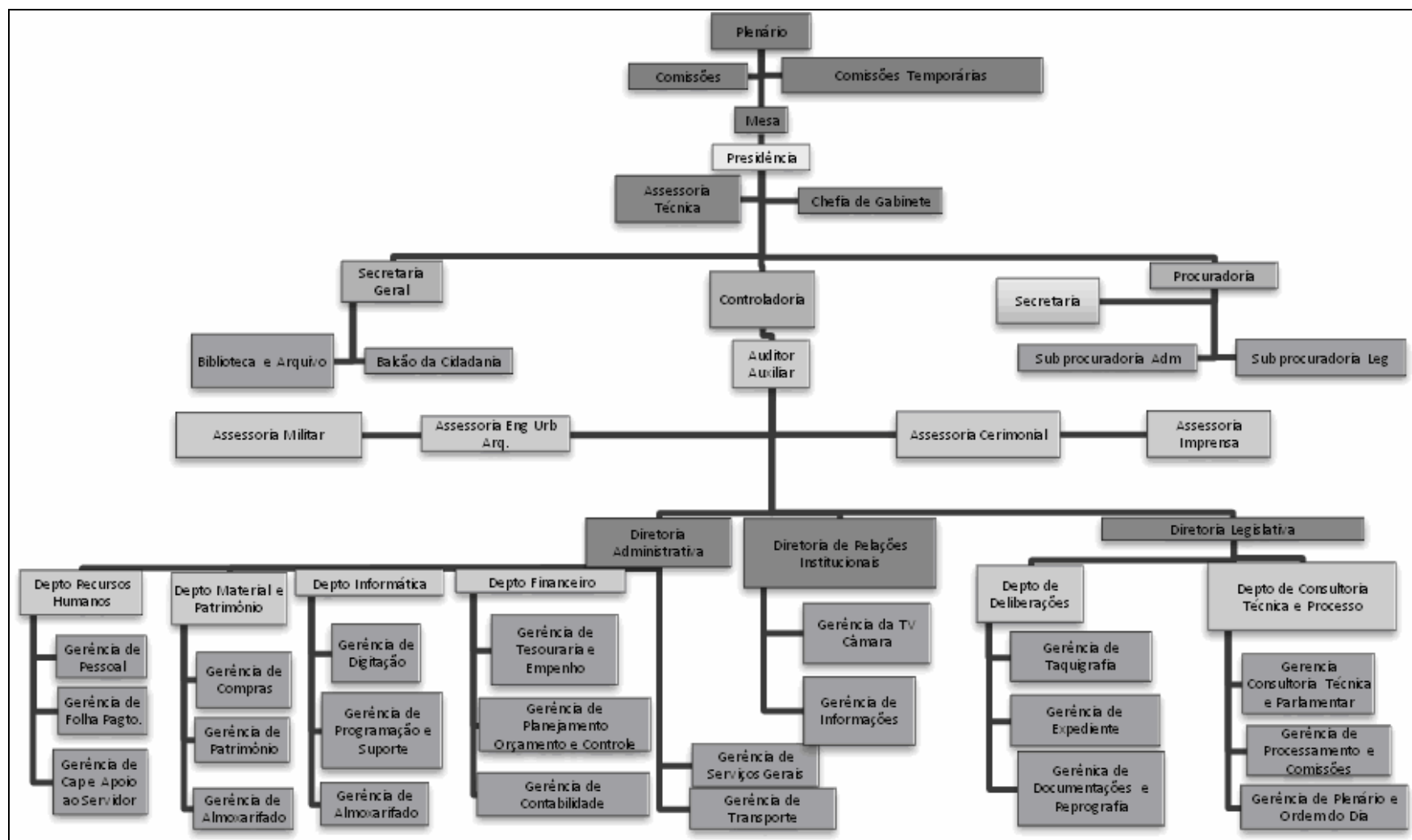


Figura 1: Organograma da Câmara Municipal de Florianópolis

Fonte: sítio eletrônico da CMF (2008).



## 2.2 Administração pública

Para dar continuidade ao estudo teórico, procura-se entender como funciona e o que é a Administração Pública, que está diretamente ligada ao tema desse trabalho. Para Silva (2004), a gestão pública envolve um conjunto de operações que tem por objetivo alcançar os fins próprios da administração governamental, cujas ações são realizadas por órgãos do Estado. No caso estudado, a câmara é um dos órgãos responsáveis pela elaboração de leis, fiscalização de entidades de administração direta e indireta municipal.

A administração pública é, “todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas.” (KOHAMA, 2008, p. 9). Ou seja, a administração pública tem o papel de satisfazer a sociedade, por isso tão essencial na composição de um Estado mais justo e igualitário.

Para enfatizar a definição de administração pública, Meirelles apud Kohama (1984) diz que “administração pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”.

As entidades do setor público são as que estão sujeitas à administração pública, e conforme a NBC T 16.1 do Conselho Federal de Contabilidade, se entende por entidade do setor público:

Órgãos, fundos e pessoas jurídicas de direito público ou que, possuindo personalidade jurídica de direito privado, recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem dinheiros, bens e valores públicos, na execução de suas atividades. Equiparam-se, para efeito contábil, as pessoas físicas que recebam subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público.

A correlação que se faz com a CMF é que a sua função administrativa é, principalmente, fiscalizar o Poder Executivo, deliberar projetos de lei, projetos de decreto, que possam influenciar positivamente no modo de viver da população.

Os atos da Administração Pública são realizados com base em legislação, ela só é permitida decorrente de lei que a autoriza. Entende-se que o Estado pratica a gestão de atividades que lhe são próprias, por corresponderem ao interesse público.

Esse controle pode ser classificado em dois tipos: o controle político e o controle financeiro. Conforme Pietro (2007, p. 685), o controle político é aquele:

O controle abrange aspectos ora da legalidade, ora do mérito, apresentando-se, por isso mesmo, como de natureza política, já que vai apreciar as decisões administrativas sob o aspecto inclusive da discricionariedade, ou seja, da oportunidade e convivência diante do interesse público.

A competência exclusiva do Congresso Nacional e do Senado para apreciar os atos do Poder Executivo; a convocação de Ministro de Estado, pela Câmara de Deputados ou pelo Senado, para prestar informações sobre assunto previamente definido; controle financeiro, exercido pelo Tribunal de Contas são hipóteses de controle político.

Quanto ao controle financeiro exercido pelo Poder Legislativo estão presentes na Constituição Federal, nos artigos 70 a 75, as normas básicas para tal procedimento. O artigo 70 trata quanto à atividade controlada e pode ser ela contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. A abrangência do que pode ser controlado são: União, Estados, Municípios, Distrito Federal e entidades da administração direta e indireta. Ainda o mesmo artigo infere-se ao sistema de controle externo, realizado pelo Poder Legislativo, e ao sistema de controle interno exercido por cada um dos poderes.

O artigo 71 da CF e seus incisos definem as funções do controle externo e algumas delas são: fiscalização financeira; consulta, quando emite parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Presidente da República; prestar informação; julgamento das contas públicas; aplicação de sanções previstas em lei; corretivas, quando verificada ilegalidade; receber denúncia de irregularidades ou ilegalidades; dentre outras.

Com relação aos Municípios, o artigo 31 da Constituição Federal prevê o controle externo da Câmara Municipal, com apoio dos Tribunais de Contas dos Estados.

E uma hipótese de participação popular prevista em lei é o que prevê o parágrafo 3º desse mesmo artigo: “As contas dos Municípios ficarão, durante 60 (sessenta) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei”.

Além do Poder Legislativo, o Poder Judiciário também atua como agente de controle da administração pública, em conjunto com o princípio da legalidade. Pietro (2007) menciona que o direito brasileiro adotou o sistema de jurisdição una.

Significa que o Judiciário tem o domínio de apreciar lesão ou ameaça de lesão a direitos coletivos ou individuais e também o Poder Judiciário pode examinar, de qualquer natureza, os atos da Administração Pública, sempre sob o aspecto da legalidade e da moralidade.

Nem sempre os três poderes que se conhece nos dias atuais eram separados, detinham de autonomia própria. Segundo Bonavides (1995), a separação dos poderes se originou para resistir ao poder absoluto, e teve como seu eminente pesquisador Montesquieu, o criador do princípio da separação de poderes. Graças a esse princípio tornou-se possível que o Estado se limitasse à Constituição.

O Poder Executivo não era mais o poder absoluto, sem limites do começo da Idade Moderna. O Poder Legislativo estava presente em quase todas as reformas institucionais e o Poder Judiciário teve ascensão quando o Senado dos Estados Unidos deixou de aprovar o Tratado de Versalhes, tratado de paz que encerrou oficialmente a Primeira Guerra Mundial.

A palavra poder foi por diversas vezes utilizada nos parágrafos anteriores, pois refere a estrutura de Estado que se tem conhecimento atualmente e conforme Bobbio (2008) poucos estudiosos se preocupam com a origem da palavra poder, e Kelsen diz que deriva de duas expressões alemãs: “*gewalt*” e “*macht*” que significam, respectivamente, “potência” e “força”. Isso se remete ao fato dos poderes de Estado ter em cada um sua finalidade e detêm de força e potência para fazer valer suas atribuições perante a sociedade. O Legislativo têm poder para criar leis, o Executivo para aceitá-las ou não e o Judiciário para executá-las.

Após o esclarecimento de poder, ainda há pontos de vista diferentes tanto para o direito objetivo, “[...] isto é, um conjunto de normas vinculadoras, que passam a vigorar recorrendo em última instância à coação [...]” conforme Bobbio (2008; p.194) e para o direito subjetivo onde se entende o direito em pelo menos numa de seus diversos sentidos.

Para o direito objetivo, poder é como “produção de efeitos desejados”, ou seja, há intervenção tanto na criação quanto na aplicação das normas detalha Bobbio (2008). Na teoria do poder subjetivo o poder nada mais é que a capacidade atribuída a certos sujeitos pelo ordenamento, de produzir efeitos jurídicos.

Segundo Bobbio (2008), Kelsen unificou esse dois conceitos e com isso cancelou qualquer divergência entre o poder do qual sempre se diz no direito público e o poder no direito privado. O entendimento de poder é o mesmo tanto na área pública como na privada, não importa em qual deles se está inserido, deve-se respeitar as normas e leis vigentes.

Então, nota-se que o Estado é o agente administrativo para que se possa alcançar o bem estar comum da sociedade e, segundo KOHAMA (2008, p.10), “[...] o Estado não é o fim dos homens, mas um meio para proporcionar-lhes a satisfação do bem-estar, mediante uma organização, propícia ao regime da liberdade, prosperidade e justiça [...]”.

Como afirmado por Kohama (2008), a administração pública, através do Estado, tem o papel de buscar o interesse coletivo. Vê-se que o Estado é o responsável pela administração

pública, é decorrente dele que os serviços públicos são colocados à disposição da população e para ratificar, Silva (2004, p. 21) complementa:

O Estado, como instrumento de organização política da comunidade, deve ser estudado como um sistema de funções que disciplinam e coordenam os meios para atingir determinados objetivos e como um conjunto de órgãos destinados a exercer essas funções.

Para que o Estado exerça sua função de forma satisfatória existem meios para controlar a gestão pública. E segundo Cruz e Silva (2001) esse controle só tem validade se houver implantação de correções de desvios. Compreende-se por controlar certificar-se de que as ações reais estão inseridas em padrões previstos pela administração e caso não ocorra essa previsão fazer a identificação dos pontos que necessitam de ações corretivas para a tomada de providências.

Todavia, para que exista um processo de controle, há a necessidade de um processo de avaliação, no qual consiste a comparação, análise e conclusão sobre o status de uma condição observada. Um ponto que deve ser ressaltado, segundo Cruz e Silva (2001, p.4):

Os resultados de uma gestão poderão ser avaliados sem que a mesma esteja sendo controlada; o inverso, contudo, não pode ser admitido. A ocorrência de qualquer processo de controle pressupõe a existência de mecanismos de avaliação – para que haja a identificação de desvios a corrigir (condições indesejáveis, resultados não pretendidos, desempenho inadequado, enfim, problemas).

Após a avaliação, no qual é detectado resultado indesejável, são necessárias ações corretivas, onde há igualação entre uma condição existente e uma condição pretendida. Essas ações corretivas referem-se às causas, razões e motivações dos problemas com o propósito de eliminá-las ou reduzi-las.

Para que haja a avaliação torna-se necessário um processo de monitoramento da gestão pública onde será abordado o processo de comando de determinadas ações governamentais gerando o entendimento de seu funcionamento. O monitoramento é composto pelo acompanhamento – apuração dos dados e composição sobre determinados fatos, e pela supervisão – tomar conhecimento das ocorrências dos fenômenos relevantes.

Definido o conceito de Estado e de controle, avaliação e monitoramento, agora se busca uma explicação mais detalhada do Estado brasileiro.

No entanto, deve-se compreender que o estado está dentro do território, que nada mais é que o limite espacial de terra, sobre a qual pode exercer de modo efetivo e exclusivo o poder

de império sobre as pessoas, e são administrados por um governador, conforme Kohama (2008).

A partir disso tem-se a Unidade, ou seja, o Estado Unitário dividido em organizações governamentais regionais, entendidas como os Estados, e todos juntos forma o Estado Federal.

A estrutura que se conhece nos dias atuais do Estado sofreu diversas influências com o feudalismo, monarquia, reforma política, principalmente de cunho histórico. Um exemplo de transformação do Estado foi após a independência política, o poder era do tipo autoritário, sem intervenção da população na estrutura política do país, pois ainda existia a manutenção dos senhores.

Mathias e Salama (1983) observaram que em vários países latino-americanos havia uma centralização do poder e o deslocamento das decisões ocorreu do parlamento para as instâncias monetárias e financeiras do governo central. Essa reorganização política e administrativa provocou mudanças de regulação econômica da época.

Essa nova postura com resultado político-administrativa trouxe para a sociedade as decisões e orientações visando a implantação de políticas orientadoras para a estabilização da moeda local e para o ajuste da taxa de câmbio. Como consequência desses fatos o Estado tornou-se resistente, engessado dos interesses de uma sociedade mais desenvolvida, que contribuíam para um novo tipo de regime político.

A redefinição mais ampla dos espaços dos poderes respectivos do Estado e do capital na regulamentação das relações sociais também fez parte dessa transformação da estrutura governamental, conforme Mathias e Salama (1983).

Como visto, não há uma unanimidade em relação ao que é o Estado, porém Duverger apud Silva (2008, p.21) “refere-se ao Estado como o poder instituído em uma sociedade para dominação de certas classes sobre outras”. Isso completa o sentido dito por Mathias e Salama quando ocorre a independência política dos países latino-americanos e o Estado ainda está sob controle do poder autoritário.

O primeiro artigo da Constituição Federal de 1988, contrariando a definição de Maurice Duverger, define como Estado Federal:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político.

O Estado constitui-se de pessoa jurídica de direito público interno, autônoma em relação aos estados-membros, Municípios e do Distrito Federal. Segundo Kohama (2008, p.

11) “[...] os Estados-membros são entidades federativas que compõem a União, dotados de autonomia e também se constituem em pessoas de direito público interno”.

O Estado está sujeito a diversas funções, para que suas finalidades sejam alcançadas. Em suma as suas funções, segundo Silva (2008) são:

- instituição e dinamismo da ordem jurídica: papel desempenhado pelo Poder Legislativo;
- cumprir e fazer cumprir as normas, leis jurídicas: função do Poder Judiciário e;
- administrar os interesses coletivos, atender as necessidades gerais e manter a ordem nacional: função instituída ao Poder Executivo.

Para que a população de todos os cantos do país seja atendida pelo Estado Federal, há divisões territoriais para facilitar a organização político-administrativa, conforme o artigo 18 da Constituição Federal de 1988, e a menor unidade federativa é o município. Estes integram de modo especial a federação, e podem ser caracterizados como, de acordo com KOHAMA (2008, p. 12):

Os Municípios (que são pessoas de direito público interno e administradas por prefeito) são componentes da União, mas por se encontrarem dentro dos Estados, integram de forma singular o sistema federativo brasileiro, possuem autonomia político-administrativas, fato que os distingue das demais federações, onde são divisões territoriais, meramente administrativas.

Discorrido sobre a estrutura do Estado brasileiro, tem-se que procurar entender a respeito de como funciona a administração do Estado, e essa pode ser de forma direta ou indireta.

Como existem inúmeras atividades em que o Estado é o responsável, mas como o Poder Executivo não teria condições ou as especializações necessárias de realizá-las ele transfere esses serviços à outras entidades, que seria a administração indireta ou descentralizada, porém algumas delas continuam sobre sua gama de responsabilidades, refere-se a administração direta ou centralizada, conforme Angélico (1994).

Para ratificar a idéia de Angélico, Cruz e Silva (2001) complementam mais a fundo no que seria a gestão pública e a mesma deve evidenciar os processos de formulação, planejamento, coordenação, execução e/ou monitoramento das ações governamentais.

Esta gestão pode ser realizada pelo poder público caracterizando-se como gestão pública estatal e por terceiros do setor privado, a chamada gestão pública terceirizada.

A Câmara Municipal de Florianópolis, auxiliada tecnicamente pelo exame prévio do TCE, tem a função de fiscalizar, realizar o controle externo dos entes tanto da administração

pública centralizada como da administração pública descentralizada da Prefeitura Municipal de Florianópolis. A tarefa de fiscalizar, em geral, é denominada de prestação de contas.

### **2.3 Prestação de contas**

Para que o processo de utilização dos recursos seja contínuo, o ente deve realizar alguns procedimentos, previstos na legislação pertinente. Deverá tomar alguns cuidados na fase de execução, definidos na Instrução Normativa do STN n.º 01/1997, específico para convênios para os celebrados pela União que não é base de estudo dessa pesquisa.

Outro quesito que deve ser feito para justificar ou afirmar o modo como estão sendo executadas as receitas e por consequência a aplicação das despesas é através da prestação de contas, que segundo JUND (2008, p. 329) “ [...] é o ato praticado pelo gestor no momento em que reúne o conjunto de documentos comprobatórios das despesas efetuadas que formalizam o processo de prestação de contas ”.

A prestação de contas está prevista também na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 70, parágrafo único quando define:

Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante do controle externo, e pelo controle externo de cada Poder, segundo o artigo 70 da Constituição Federal. Esse controle externo será exercido com o apoio do Tribunal de Contas da União, conforme artigo 71 da CF.

A prestação de contas também está explanada nos artigos 56 a 58 da Lei Complementar 101 de 4 de Maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pode-se destacar o artigo 58 da LRF:

As prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias

administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.

Todo gestor público tem obrigação de prestar contas dos recursos recebidos, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei, ou ter suas transferências suspensas e também pedido de instauração de tomada de contas especial.

Após o recebimento e a utilização dos recursos o responsável pela sua aplicação deve prestar contas, faz-se menção a Instrução Normativa n.º 01/1997, da Secretaria do Tesouro Nacional (embora a mesma seja aplicável aos entes que utilizem recursos da União para poder estabelecer comparação com a situação local):

a) quando não for executado o recurso, ou quando não for feita devidamente a prestação de contas ou quando os recursos não forem destinados ao que se previa, este deve ser transferido à concedente, atualizados monetariamente, acrescido dos juros legais, na forma de legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, segundo Jund (2008);

b) “restituir eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, à concedente ou ao Tesouro Nacional, conforme o caso, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento ( Lei n.º 8.666/1993, artigo 116)”, apud Jund (2008, p. 330);

c) rendimentos de aplicação financeira que não forem destinados ao objeto a que se propõe, dentro do período de liberação e da utilização do recurso, se deve recolher o valor correspondente.

De acordo com a IN STN n.º 01/1997 que como se observa trata de recursos transferidos em seu artigo 31, o órgão concedente tem o prazo de sessenta dias para se pronunciar a respeito da prestação de contas apresentada, sendo quarenta e cinco dias para que a unidade técnica responsável se pronuncie e o ordenador da despesa tem quinze dias para fazer seus pronunciamentos. Em seu artigo 30, a Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional, dispõe sobre os documentos comprobatórios de despesas:

As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios, serem emitidos em nome do convento ou executor, se for o caso, devidamente identificados com referência ao título e número com convênio.

O Tribunal de Contas da União é o órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal e têm competência de trinta e quatro atribuições, determinadas em seu



regimento interno em seu artigo 1º. Os procedimentos aplicados pelo TCU no julgamento das contas submetidos do artigo 188 ao 213 do regimento interno.

Uma de suas atribuições em relação à prestação de contas, é que os processos de tomada ou prestação de contas ordinário deverão conter elementos e demonstrativos especificados em ato normativo, onde a evidenciação dos recursos públicos aplicados e seja boa e regular conforme a legislação aplicável.

Devido a natureza e a importância socioeconômica dos órgãos e entidades que prestam contas ao tribunal o ato normativo estabelecerá critérios de formalização dos respectivos processos e procedimentos de análise técnica observados critérios de relevância, risco e materialidade.

Uma série de divergências no dever de prestar contas ao órgão competente designa um outro processo, a tomada de contas especial. Essas divergências estão citadas no artigo 197 do regimento interno do TCU:

Diante da omissão no dever de prestar contas, da não-comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União na forma prevista no inciso VII do artigo 5º, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

Os processos de tomada de contas especial devem ser regulados por um ato normativo e deverá conter elementos específicos sem que haja prejuízo de outras peças que permitam uma imparcialidade quanto ao julgamento da responsabilidade ou não pelo dano apurado. Caso seja necessário o tribunal irá baixar ato normativo que visa simplificar a formalização e o trâmite para agilizar o julgamento da tomada de contas especial.

Conforme artigo 201 do regimento interno do Tribunal de Contas da União, a decisão em processo de prestação ou tomada de contas especial pode ser caracteriza em: preliminar, o relator rejeita as alegações da defesa, sem que seja feito julgamento, fixa prazo para recolhimento de debito ou determina outras diligências necessárias; definitiva, julgamento das contas regulares, regulares com ressalva ou irregularidades; terminativa, trancamento das contas em questão ou arquivamento por falta de provas.

Após serem analisadas, as contas podem ter três formas de julgamento. Poderão ser regulares, segundo artigo 207 do regimento interno, quando forem expressas de maneira clara e objetiva, as demonstrações contábeis exatas, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável. As contas serão regulares com ressalva quando

evidenciaram, conforme artigo 208, impropriedade ou qualquer falta de natureza formal de que não resulte dano erário. As contas sendo julgadas regulares, o tribunal dará quitação plena ao responsável e as contas com ressalva serão dadas quitação e determinação da correção das impropriedades ou faltas danificadas.

As contas ainda podem ser julgadas como irregulares, conforme artigo 209 do regimento interno no TCU quando atenderem qualquer das seguintes ocorrências:

- omissão no dever de prestar contas;
- prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;
- dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Tendo abordado os procedimentos inerentes à prestação de contas na esfera da União, faz-se necessário para obedecer aos objetivos específicos desse trabalho de conclusão de curso abordar a situação da CMF. O Regimento Interno da CMF é omissivo quanto à prestação de contas e por consequência limitou-se o estudo a identificar os aspectos da prestação de contas do TCE

O governador e o prefeito devem prestar contas anualmente ao TCE para que as mesmas sejam julgadas. Conforme artigo 82 do Regimento Interno do tribunal, ele apreciará as contas do prefeito anexadas as do Poder Legislativo, mediante parecer prévio que deve ser elaborado antes do encerramento do exercício na qual foram prestadas.

O prefeito deve prestar contas através do Balanço Geral do Município e do relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos, segundo artigo 83 do Regimento Interno do TC.

O parágrafo seguinte trata dos elementos mínimos que devem conter no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo e um deles, inciso IX destaca: “informações sobre as atividades inerentes ao Poder Legislativo relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual”. Significa que através da apreciação das contas do Poder Executivo municipal, indiretamente faz-se a da câmara.

Definido o processo de prestação e tomada de contas, o TCE de Santa Catarina tem o dever de analisar a prestação de contas dos entes públicos obrigados por lei em relatar receitas e despesas realizadas. E para o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o termo prestação de contas é o procedimento que, segundo o artigo 9º, inciso I, alíneas a e b do seu Regimento Interno:

[...] o responsável, dentro dos prazos fixados em lei ou regulamento, por iniciativa própria, apresenta a documentação destinada a comprovar, perante o Tribunal, a regularidade do uso, emprego ou movimentação dos bens, numerário ou valores que lhe forem entregues ou confiados; [...] o Tribunal ou órgão competente desempenha ações com vista a obter a documentação, nos casos em que a legislação específica não obrigue o responsável a prestar contas regularmente; [...]

Conforme Regimento Interno do TCE de Santa Catarina, além dos documentos comprobatórios de despesas, deve ser integrado à prestação de contas, segundo artigo 10 e 11 os seguintes documentos: relatório de gestão, relatório e certificado de auditoria emitido pelo dirigente do órgão de controle interno, pronunciamento do dirigente máximo do órgão gestor ou autoridade por ele delegada, demonstrações financeiras exigidas em lei, demonstrativo do recebimento e aplicação de todos os recursos orçamentários e extra-orçamentários geridos direta ou indiretamente pela unidade ou entidade, outros demonstrativos especificados em instrução normativa.

## **2.4 Controle social**

A partir da Constituição Federal de 1988, a participação da sociedade na política e na fiscalização dos atos praticados pela administração pública dos entes federais, estaduais e municipais se fez mais presentes. A população deve fazer o controle social da administração pública para que os interesses comuns da coletividade sejam alcançados.

Entende-se por controle social a “descentralização do Estado movimentando grupos de pessoas a solucionar problemas sociais, tendo este amparo legal e constitucional, ou seja, é a participação social na gestão pública”, conforme Fonseca (2009).

O Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, em seu Repente n.º 29 de Agosto de 2008 define controle social:

Controle social é uma forma de compartilhamento do poder de decisão entre Estado e sociedade sobre as políticas, um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania. Trata-se da capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal.

Esse controle social se faz presente na elaboração de orçamentos participativos, a participação popular na elaboração do orçamento municipal demonstra ser essa uma forma

mais democrática de decidir sobre a aplicabilidade dos recursos públicos em benefício da maioria, segundo Dropa.

Além do controle social, a legislação brasileira prevê certas exigências a respeito da prestação de contas à sociedade. E uma dessas exigências a serem cumpridas pelos entes públicos é obedecer ao princípio da publicidade e prestar contas ao Poder Legislativo e à sociedade. O ente público que não seguir a este princípio e não realizar a prestação de contas sofrerá multas e ação civil de improbidade administrativa. O artigo 5º, inciso XXXIII, da CF, ressalta:

Todos têm o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Os cidadãos brasileiros interessados em participar ativamente do processo de controle social têm o direito, conforme citado acima, na Constituição Federal de 1988 na qual dá plenos poderes de fiscalização dos entes públicos pela sociedade. E isso deve acontecer através da obrigatoriedade da prestação de contas para as entidades que de maneira direta ou indireta utilizam recursos públicos para a sua funcionalidade e do direito que todos têm de estarem plenamente informados sobre os atos da administração estatal.

A importância do controle social é garantir que as políticas atendam, de fato, às necessidades prioritárias da população para melhorar os níveis de oferta e de qualidade dos serviços e também para fazer a fiscalização dos recursos públicos, segundo Repente (2008, n.º 29).

Além disso, o controle social faz a sua contribuição para a democratização da gestão pública, através dos diversos agentes da sociedade. O exercício do controle social é um aprendizado tanto para os gestores como para a população, porque ambas as partes reconhecem e dialogam as diferentes necessidades existentes, segundo Repente (2008, n.º 29).

Para que o controle social seja colocado em prática são necessários encarar desafios que estão presentes na sociedade brasileira atualmente. Em primeiro lugar a necessidade de superação de uma cultura política autoritária, que na história do país, marcou as relações do poder. Muitos governos aceitam, em princípio, a participação da sociedade, todavia na prática não a levam em consideração. A população também deixa a desejar quando fica à espera de um líder que resolva tudo, sem que precise se envolver muito com as questões, segundo Repente (2008, n.º 29).

Outro desafio a ser vencido para exercer o controle social é superar desigualdades de classe, gênero, raça, território, educação, religião, dentre outros, que prejudicam o direito à participação e resultam nas desigualdades no acesso aos espaços, a informações de maneira adequada, conforme Repente (2008, n.º 29)

A falta de recursos também pode ser um impeditivo no exercício do controle social, pois precisa de transportes, alimentação para participar ativamente do controle social e com isso uma parcela significativa da população fica sem os recursos e meios necessários para participar, mesmo interessado e com muita contribuição a fazer, conforme Repente (2008, n.º 29).

Há ainda uma falta de reconhecimento de que o controle social é um direito de todos em uma sociedade verdadeiramente democrática. Deve haver um espaço para o diálogo entre os diversos segmentos da sociedade e o governo e que se tenha a garantia dos direitos, superando as desigualdades, segundo Repente (2008, n.º 29).

Os fatores apontados para que o controle social seja eficiente e eficaz devem ser considerados e analisados para que o controle social exerça seu fundamental papel na sociedade brasileira como um todo, pois seu poder é instituído em lei e deve fazer prevalecer suas opiniões na vida pública do país.

### **3 ANÁLISE DOS DADOS**

Neste terceiro capítulo foi abordado o tema da pesquisa, ou seja, a análise dos dados da prestação de contas da Câmara Municipal de Florianópolis. Esse capítulo é composto pelos dados acessíveis na página eletrônica da câmara, e-SFINGE, análise dos balancetes financeiros e a comparação do que foi encontrado de prestação de contas com a Instrução Normativa 06/2008.

#### **3.1 Dados acessíveis no portal da Câmara Municipal de Florianópolis**

A coleta de dados dessa pesquisa foi realizada no portal eletrônico da Câmara Municipal de Florianópolis. Porém, as expectativas geradas pelo sítio eletrônico não foram completamente satisfeitas quanto a alguns aspectos.

Na página da rede mundial de computadores da câmara – [www.cmf.sc.gov.br](http://www.cmf.sc.gov.br) , em uma coluna no lado esquerdo existem alguns itens de pesquisa. Há um item de transparência no qual está subdividido em: atos da mesa, atos da presidência, contratos, execução orçamentária, gestão administrativa – dados atualizados (convênio GCMB-TCE, CIASC e CMF), licitações, planos de metas, presença vereadores nas reuniões das comissões, presença vereadores nas sessões, servidores, sistema de gerenciamento de gabinete parlamentar – SGGP.

O único subitem utilizado para a coleta de dados foi a gestão administrativa, onde estão expostos em um sistema – Sistema Instantâneo de Apoio ao Controle Interno – os registros contábeis, atos jurídicos e atos de pessoal. Dentro desse sistema utilizaram-se os registros contábeis, que evidenciam a relação trienal de despesas liquidadas.

Outro item do portal eletrônico da Câmara Municipal de Florianópolis que foram extraídos dados para a análise foi o LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal – no qual constam dados dos anos de 2002 a 2010. Como o ano base para o presente trabalho de conclusão de curso foi 2008, utilizou esse ano para a coleta de dados. Nele constam Demonstrativos de Restos a Pagar, Demonstrativo dos Limites, Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, Demonstrativo da Despesa com Pessoal,

Audiência Pública 3º Quadrimestre de 2008 e os Balancetes Financeiros de Janeiro a Dezembro de 2008.

A Câmara Municipal de Florianópolis tem o dever de prestar contas ao TCE, através da realização de balanços orçamentário, patrimonial, financeiro e da demonstração das variações patrimoniais, segundo os anexos 12, 13,14 e 15 e os quadros demonstrativos constantes dos Anexos números 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17 da Lei n.º 4.320 de 17 de Março de 1964, artigo 101.

Além de prestar contas até o dia 28 de Fevereiro de cada ano para o Tribunal de Contas do Estado, a câmara deve prestar contas mensais à PMF com a publicação de balancetes de caráter financeiro.

Houve tentativa, junto à Câmara Municipal de Florianópolis, de coletar as demonstrações contábeis regidas pela Lei 4.320/1964. Porém a tentativa foi frustrada, não se obteve nenhum demonstrativo. O fluxo para tentar acesso a esses documentos, dentro do órgão legislativo do município foi:

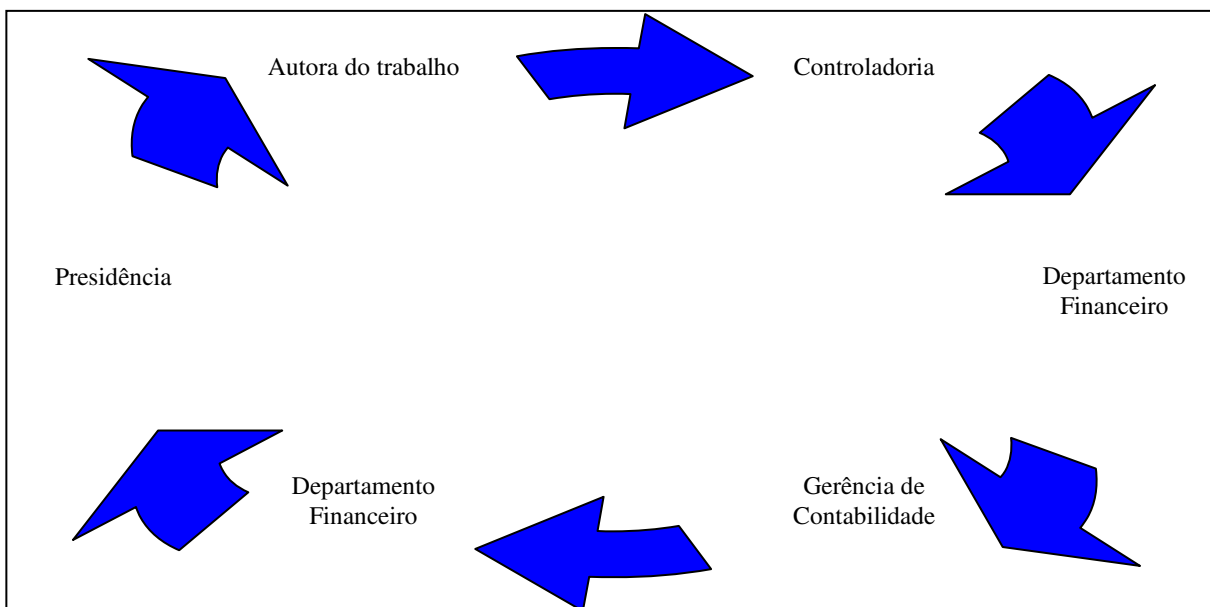


Figura 2: Fluxo para Acesso aos Documentos de Prestação de Contas da CMF  
Fonte: Elaborado pela aluna com base na visita à Câmara Municipal de Florianópolis.

No setor de controladoria foram passados os caminhos dentro do sítio eletrônico da Câmara Municipal de Florianópolis para se chegar aos demonstrativos publicados. Nesse mesmo momento foi informado como funciona e como age o e-SFINGE. O próximo passo foi o departamento financeiro, o qual direcionou para a gerência de contabilidade. Nesse setor foram apresentados os balanços regidos pela Lei 4.320/1964 e demais anexos abrangidos,

além disso, foi passado que a prestação de contas da câmara para o poder Executivo é mensal com a elaboração de balancetes financeiros.

Pode-se salientar que o caminho para a coleta de informações não foi o mais satisfatório, fato que só foi observado após a realização do fluxo acima. Presumi-se que o acesso aos demonstrativos previstos na Lei n.º 4.320/64 seria mais fácil se tivesse buscado primeiramente junto à presidência da CMF.

Os balanços e anexos da Lei n.º 4.320/1964 estavam em papel impresso e houve solicitação para fazer fotocópia dos mesmos, haja vista que são documentos públicos. O departamento financeiro que foi questionado para autorizar as fotocópias, e o chefe do mesmo não o fez, pois teria que entrar com um processo de pedido junto ao presidente da Câmara Municipal de Florianópolis. Segundo o chefe do departamento financeiro não teria um prazo determinado para tal solução, então não se obteve, por problemas burocráticos, alguns dos documentos necessários para a análise da prestação de contas.

### **3.2 E-SFINGE**

Uma forma de realizar a prestação de contas para órgão de controle externo da Câmara Municipal de Florianópolis é através do sistema e-SFINGE, que é o Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão. Foi instituído pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina através da Instrução Normativa N. TC n.º 04 de 8 de Dezembro de 2004. Essa mesma dispõe sobre a remessa de dados e informações através da informática pelas unidades de gestão das administrações do Estado e dos municípios de Santa Catarina.

O e-SFINGE é destinado ao aperfeiçoamento da gestão de controle externo do Tribunal de Contas do Estado, conforme artigo 1º da instrução normativa que o regula. O prazo de entrega dos dados contábeis ao sistema foi alterado pela Instrução Normativa N.TC 01 de 3 de Outubro de 2005 e a qual determinam no seu artigo 1º, a mudança do artigo 3º da Instrução Normativa N.TC-04/2004:

A periodicidade da remessa de informações para o Tribunal de Contas é bimestral, observando os seguintes prazos:

- I – primeiro bimestre – até o dia 31 de março;
- II – segundo bimestre – até o dia 31 de maio;



- III – terceiro bimestre – até o dia 31 de julho;
- IV – quarto bimestre – até o dia 30 de setembro;
- V – quinto bimestre – até o dia 30 de novembro;
- VI – sexto bimestre – até o dia 31 de janeiro do ano seguinte.

Após o último envio de informações, até o dia 31 de janeiro do ano seguinte, as unidades da administração pública terão até 5 dias para confirmar as informações enviadas, através da rede mundial de computadores, conforme parágrafo 2º do referido artigo 1º da instrução normativa 01/2005.

Esse sistema deve ser alimentado e corresponde a uma família de aplicativos altamente integrados e diretamente relacionados à atividade fim do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O acesso a esse sistema é restrito a apenas as unidades jurisdicionadas, aquelas que detêm poder legal de analisar e julgar, conforme o sítio eletrônico do TCE de Santa Catarina, e não foi possível utilizar-se desse recurso para analisar a prestação de contas, visto que os dados demonstrados seriam codificados.

Esse sistema foi criado para facilitar a comunicação e controle fiscal dos entes jurisdicionados, haja vista a documentação volumosa que se utilizava para tal processo e o e-SFINGE veio a substituir esse volume de papel, pois foi desenvolvido a base de alta tecnologia que usam ao máximo os recursos da internet.

O sistema representa a junção de todos os aplicativos já constituídos pelo tribunal com a introdução de novos conceitos, tais como: consolidação dos dados de gestão em remessas unificadas, emissão de relatórios automáticos de avaliação, análise da gestão de cada município e do Estado e ampla publicidade das informações.

O e-SFINGE visa dar transparências aos jurisdicionados sobre os critérios de auditoria aplicados pelo tribunal de contas e dar conhecimento à sociedade da situação econômica e dos atos praticados pela administração pública catarinense.

### **3.3 Análise dos balancetes financeiros**

A prestação de contas da Câmara Municipal de Florianópolis para com a Prefeitura do Município se dá através de balancetes financeiros mensais. Como dito anteriormente, essas demonstrações contábeis foram coletadas no sítio eletrônico da câmara.

Os balancetes financeiros dos meses de Janeiro e Fevereiro de 2008 estão em um formato não oficial, estão em excel. Por essa razão não foram utilizados esses dois meses do ano, porque não há como fazer a comparação das contas, haja vista que não é o balanço financeiro por categoria econômica, como os demais meses do ano.

Os balancetes utilizados para análise são os oficiais, por categoria econômica, contendo os campos para assinaturas do presidente da câmara, 1º secretário, 2º secretário, diretor administrativo e do contador.

A tabela a seguir evidencia as despesas exceto intra-orçamentárias da Câmara Municipal de Florianópolis. Após a tabulação dos dados tem-se o gráfico para melhor comparação das despesas por categoria econômica.

Tabela 1: Despesas exceto Intra-Orçamentárias de Março à Julho de 2008 da CMF  
(valores em R\$).

Meses de 2008	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.341.923,15	1.394.161,26	1.387.137,51	1.472.455,81	2.122.149,77
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	63.214,04	454.193,95	0,00	0,00	0,00
<b>Outras Receitas Correntes</b>	272.415,13	350.324,68	269.877,15	279.353,13	161.812,58
<b>Investimentos</b>	4.409,00	239,70	3.220,00	3.760,00	6.319,00
<b>Amortização da Dívida</b>	50.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.731.961,32</b>	<b>2.548.919,59</b>	<b>1.660.234,66</b>	<b>1.755.568,94</b>	<b>2.290.281,35</b>

Fonte: Elaborada pela aluna com base nos balancetes financeiros disponíveis no site eletrônico  
<http://www.cmf.sc.gov.br>

Percebe-se com a tabela 1 que as despesas com pessoal e encargos sociais ultrapassam o valor de R\$ 1.000.000,00 por mês, sendo a maior despesa financeira orçamentária do Poder Legislativo do município de Florianópolis. As outras receitas correntes e investimentos se comportam praticamente no mesmo padrão nos meses de Março à Julho de 2008.

Nota-se também que as despesas de com juros e encargos da dívida e amortização da dívida só aparecem nos meses de Março e Abril de 2008. E há uma significativa elevação de valor no mês de Abril para as duas despesas financeiras, haja vista que uma está diretamente relacionada com a outra.

A seguir é demonstrada uma tabela das despesas exceto intra-orçamentárias de Agosto à Dezembro de 2008 por categoria econômica da Câmara Municipal de Florianópolis.

Tabela 2: Despesas exceto Intra-Orçamentárias de Agosto à Dezembro de 2008 da CMF (valores em R\$).

Meses de 2008	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.441.875,74	1.497.984,95	1.445.509,98	1.468.415,21	2.468.330,50
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	0,00	0,00	0,00	749.916,62	0,00
<b>Outras Receitas Correntes</b>	273.047,07	269.283,32	285.254,01	280.513,97	315.724,23
<b>Investimentos</b>	0,00	0,00	1.196,00	81,00	18.481,90
<b>Amortização da Dívida</b>	0,00	0,00	0,00	787.195,83	0,00
<b>Total</b>	<b>1.714.922,81</b>	<b>1.767.268,27</b>	<b>1.731.959,99</b>	<b>3.286.122,63</b>	<b>2.802.536,63</b>

Fonte: Elaborada pela aluna com base nos balancetes financeiros disponíveis no sítio eletrônico <http://www.cmf.sc.gov.br>

A tabela 2 evidencia que os gastos financeiros com pessoal e encargos sociais ultrapassam o montante de R\$ 1.400.000,00; e que no mês de Dezembro há um exacerbado aumento desse valor.

Há um considerável aumento no mês de Dezembro também nos investimentos. As outras receitas correntes pouco sofrem variação de volume financeiro despendido pela Câmara Municipal de Florianópolis dos meses de Agosto à Dezembro de 2008.

Os juros e encargos da dívida e a amortização da dívida são notados somente no mês de Novembro de 2008 e se observa que a amortização da dívida foi superior em R\$ 37.279,21 aos juros e encargos da dívida, demonstrando que existe amortização de outros juros e encargos da dívida que não somente do mês de Novembro.

A seguir seguem dois gráficos que demonstram as despesas exceto intra-orçamentárias da Câmara Municipal de Florianópolis e o montante que cada uma representa no mês de competência.

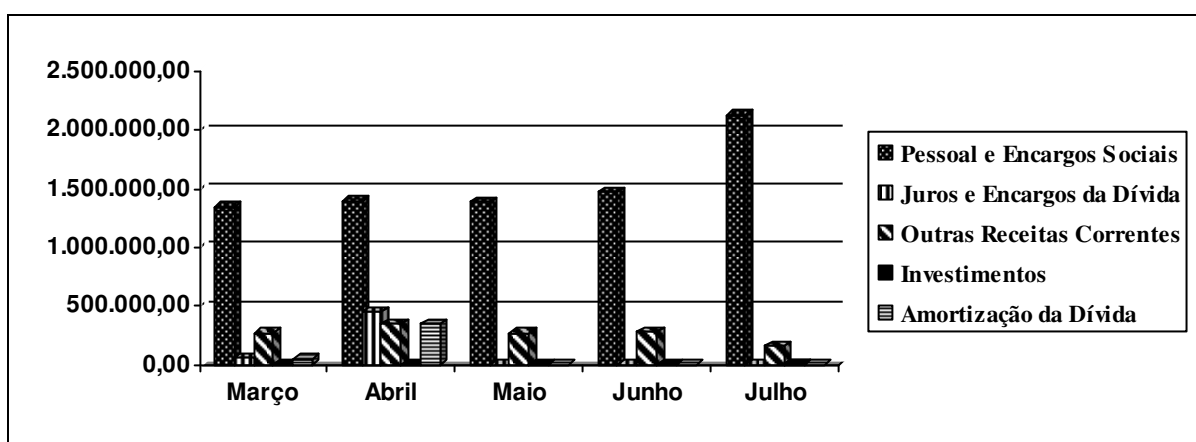


Gráfico 1: Comportamento das Despesas por Categoria Econômica de Março à Julho de 2008 da CMF (valores em R\$)

Fonte: Elaborada pela aluna baseado nos balancetes financeiros disponíveis no portal eletrônico da Câmara Municipal de Florianópolis



Tanto no gráfico número 1 como o número 2 pode-se destacar que a maior despesa da câmara é com pessoal e encargos sociais, representa aproximadamente 75% das despesas anuais do órgão legislativo. E as possíveis causas é o grande volume de servidores e também ao alto valor do subsídio dos 16 vereadores.

Esse valor é em torno de R\$ 7.131,25 por vereador, conforme artigo 1º da Lei n.º 1.101 de 14 de Dezembro de 2004 da Câmara Municipal de Florianópolis e para o presidente será acrescido um valor de R\$ 2.139,38 como parcela indenizatória.

A Lei n.º 7.505 de 21 de Dezembro de 2007 alterou a lei de 2004 em seu artigo 2º a qual dispõe sobre uma parcela a mais no mês de dezembro, referente ao décimo terceiro salário. O décimo terceiro nessa legislatura teve reflexo nos anos de 2007 e 2008. Por isso pode-se perceber que a despesa com pessoal e encargos sociais é maior no mês de dezembro.

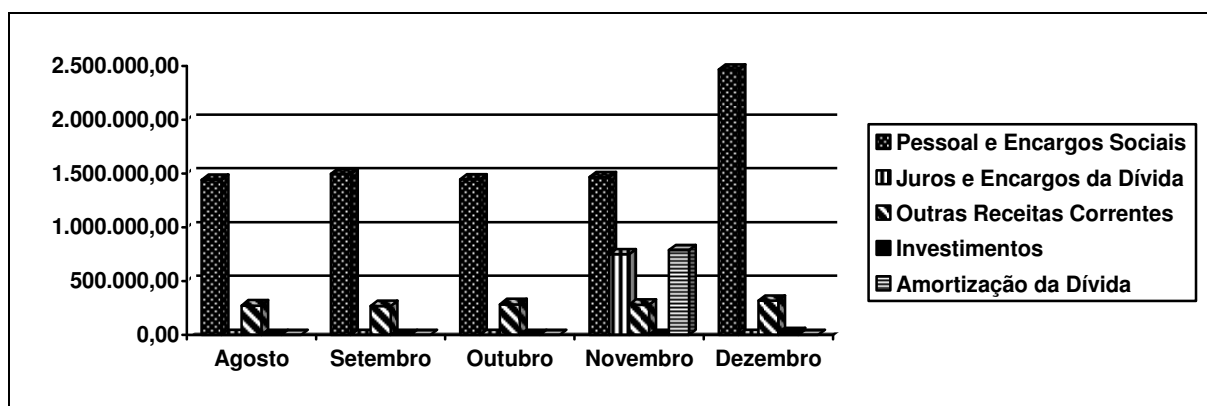


Gráfico 2: Comportamento das Despesas por Categoria Econômica de Agosto à Dezembro de 2008 da CMF  
(valores em R\$)

Fonte: Elaborada pela aluna baseado nos balancetes financeiros da Câmara Municipal de Florianópolis.

Tanto no gráfico número 1 como o número 2 pode-se destacar que a maior despesa da câmara é com pessoal e encargos sociais, representa aproximadamente 75% das despesas anuais do órgão legislativo. E as possíveis causas é o grande volume de servidores e também ao alto valor do subsídio dos 16 vereadores.

Esse valor é em torno de R\$ 7.131,25 por vereador, conforme artigo 1º da Lei n.º 1.101 de 14 de Dezembro de 2004 da Câmara Municipal de Florianópolis e para o presidente será acrescido um valor de R\$ 2.139,38 como parcela indenizatória.

A Lei n.º 7.505 de 21 de Dezembro de 2007 alterou a lei de 2004 em seu artigo 2º a qual dispõe sobre uma parcela a mais no mês de dezembro, referente ao décimo terceiro salário. O décimo terceiro nessa legislatura teve reflexo nos anos de 2007 e 2008. Por isso pode-se perceber que a despesa com pessoal e encargos sociais é maior no mês de dezembro.

As Outras Despesas Correntes nos dois gráficos se comportam de maneira constante nos meses analisados de 2008. A possibilidade de ocorrência desse fato pode ser devido a pouca variação desse tipo de despesa, por considerar que são despesas normais do exercício de suas funções.

Os juros e encargos da dívida tiveram reflexo no gráfico 1 com uma maior ênfase no mês de Abril e, por conseguinte a amortização da dívida. O mês de março teve uma pequena amostra dessas duas despesas. Quanto maior o aumento dos juros e encargos da dívida aumenta quase que proporcionalmente a amortização da dívida. O mesmo aconteceu no gráfico 2 no mês de novembro, e apenas esse período teve registro tanto de juros como de amortização da dívida.

Nota-se que os investimentos são pouco significantes monetariamente se comparar-se com as despesas totais por mês. A maior parcela de participação nas despesas da câmara foi percebida no gráfico 1 no mês de março, porém não chega a 1% das despesas financeiras mensais. Essa conta é pouca representativa, pois se acredita que não é o foco da câmara.

Dando continuidade a análise da prestação de contas da Câmara Municipal de Florianópolis através dos balancetes financeiros, segue a análise do comportamento da receita extra-orçamentária comparada com a despesa orçamentária e extra-orçamentária.

Abaixo segue a tabela que evidenciam as contas citadas dos meses de Março à Julho do ano de 2008.

Tabela 3: Evidenciação da Receita Extra-Orçamentária, Despesa Extra-Orçamentária, Despesa Orçamentária e Resultado Financeiro de Março à Julho de 2008 (valores em R\$)

Meses de 2008	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
<b>Receita Extra-Orçamentária</b>	4.647.949,29	6.019.188,27	4.698.927,43	5.043.723,42	5.256.980,55
<b>Despesa Extra-Orçamentária</b>	2.355.033,03	4.092.890,67	2.478.316,08	2.829.906,56	2.870.880,49
<b>Despesa Orçamentária</b>	1.871.211,32	2.827.310,90	1.660.234,66	2.052.592,71	2.439.459,28
<b>Resultado Financeiro</b>	421.704,94	(901.013,30)	560.376,69	161.224,15	(53.359,22)

Fonte: Elaborada pela aluna baseada nos balancetes financeiros disponíveis no sítio eletrônico

<http://www.cmf.sc.gov.br>

Na tabela 3, pode-se destacar que nos meses de Abril e Julho o resultado financeiro é desfavorável, ou seja, a receita extra-orçamentária não foi suficiente para cobrir as despesas extra-orçamentárias e orçamentárias dos períodos. Para realizar a liquidação dessas despesas deve-se ter utilizado o saldo em bancos dos meses anteriores.

A seguir segue uma tabela de evidenciação da receita e despesa extra-orçamentária e despesa orçamentária de Agosto à Dezembro de 2008 da Câmara Municipal de Florianópolis.

Tabela 4: Evidenciação da Receita Extra-Orçamentária, Despesa Extra-Orçamentária, Despesa Orçamentária e Resultado Financeiro de Agosto à Dezembro de 2008 (valores em R\$).

Meses de 2008	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>Receita Extra-Orçamentária</b>	4.936.632,15	5.185.883,78	4.706.159,26	6.314.231,83	33.042.761,30
<b>Despesa Extra-Orçamentária</b>	2.671.507,64	2.874.487,16	2.414.389,80	4.039.269,87	31.825.349,17
<b>Despesa Orçamentária</b>	1.884.100,74	1.917.285,60	1.881.461,55	3.435.697,25	3.262.495,43
<b>Resultado Financeiro</b>	381.023,77	394.111,02	410.307,91	(1.160.735,29)	(2.045.083,30)

Fonte: Elaborada pela aluna baseada nos balancetes financeiros disponíveis no sítio eletrônico <http://www.cmf.sc.gov.br>

Nos meses de Novembro e Dezembro de 2008 a câmara obteve déficit financeiro, ou seja, a receita extra-orçamentária foi menor que a despesas tanto extra-orçamentárias como orçamentárias e teve que usar o saldo de bancos disponíveis. E percebe-se que no balancete financeiro de Dezembro, o saldo da conta bancos ficou em torno de R\$ 300.000,00; o menor valor em saldo dessa conta durante todo o período de 2008.

Para uma melhor visualização da dispersão entre a receita extra-orçamentária e as despesas extra-orçamentária e orçamentária foram criados os gráficos que segue abaixo.

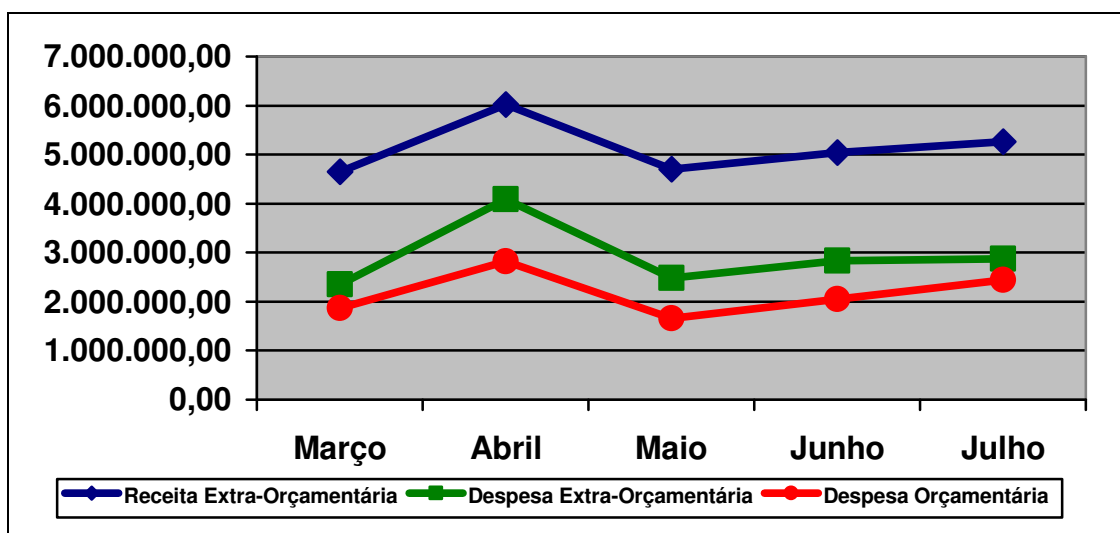


Gráfico 3: Evolução da Receita Extra-Orçamentária, Despesa Extra-Orçamentária e orçamentária do Período de Março à Julho de 2008 (valores em R\$)

Fonte: Elaborada pela aluna baseado pelos balancetes financeiros disponíveis no portal eletrônico da Câmara Municipal de Florianópolis

O comportamento da receita extra-orçamentária, despesa extra-orçamentária e orçamentária tiveram maior ápice no mês de Abril. Em todos os meses do gráfico 3 sempre que aumenta a receita, consequentemente as despesas extra-orçamentárias e orçamentárias também se elevam também.

As despesas extra-orçamentárias representam 57% das despesas financeiras de Março à Julho de 2008 da CMF, e pode-se deduzir que isso ocorre por não haver a previsão da maior parte das despesas financeiras do período analisado. Em todos os meses observados a despesa extra-orçamentária sempre foi mais elevada que as orçamentárias.

A menor diferença entre a despesa extra-orçamentária e a despesa orçamentária foi no mês de Julho, e uma das possíveis causas é o elevado valor de despesa orçamentária com pessoal e encargos sociais nesse mesmo período.

O gráfico a seguir, número 4, demonstra a evolução da receita extra-orçamentária, despesa extra-orçamentária e orçamentária de Agosto à Dezembro de 2008 do órgão legislativo da capital do estado de Santa Catarina.

Pode-se destacar que em todos os meses, assim como no gráfico 3, a receita extra-orçamentária é sempre superior às despesas extra-orçamentária e orçamentária. Outro fator que se repete nesse gráfico é a despesa extra-orçamentária maior que a despesa orçamentária.

Um fator que se destaca nesse gráfico, é o elevado aumento da receita e despesa extra-orçamentária no mês de Dezembro de 2008. A elevação da receita extra-orçamentária se deu possivelmente para cobrir as despesas extra-orçamentárias. Também muito elevadas, se comparadas com os outros meses referidos no gráfico 4. A receita extra-orçamentária de Dezembro representa quase 61% do total das receitas do período de Agosto a Dezembro de 2008 e 41% do período de análise da pesquisa, de Março à Dezembro de 2008.

A despesa extra-orçamentária também é um fator de discrepância no gráfico 4, pois representa aproximadamente 73% das despesas extra-orçamentárias do período compreendido no gráfico abaixo. E a despesa extra-orçamentária de Dezembro participa da composição do total de despesa extra-orçamentária, de Março à Dezembro de 2008 com 54%.

Pode-se presumir a ocorrência desse fato por se tratar do mês de Dezembro um mês que se deve gastar com festividades de fim de ano, e principalmente por ser o encerramento da legislatura de 2005 a 2008 e não querer deixar pendências de pagamento para o próximo mandato de vereadores. Abaixo segue o gráfico 4 que foi referido nos parágrafos anteriores:



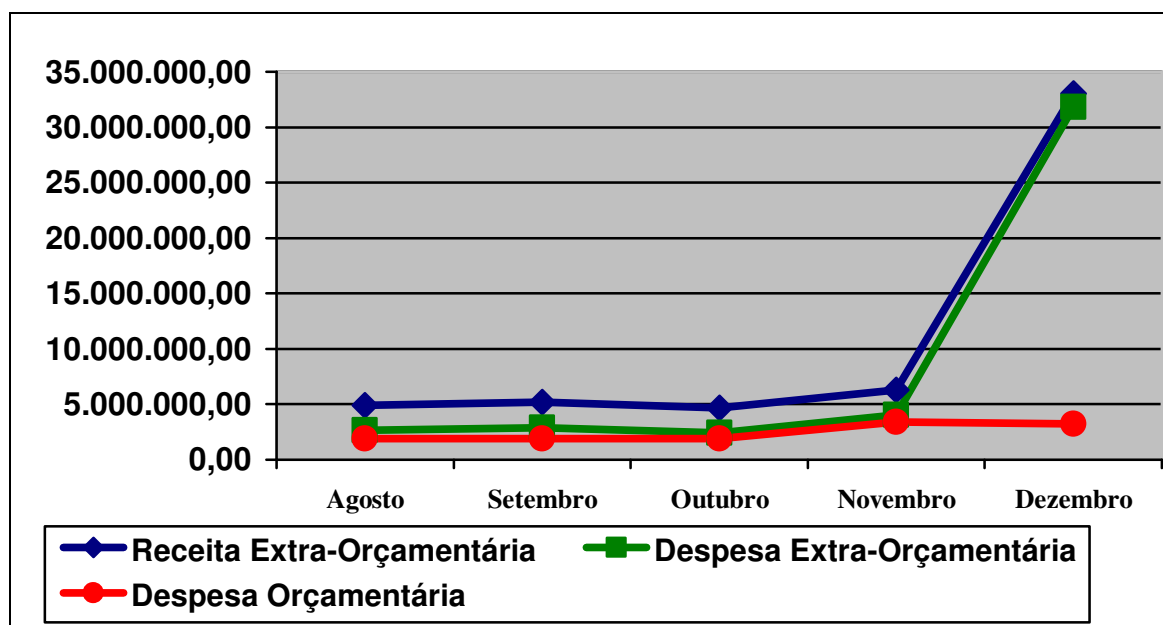


Gráfico 4: Evolução da Receita Extra-Orçamentária, Despesa Extra-Orçamentária e Orçamentária do Período de Agosto à Dezembro de 2008 (valores em R\$)

Fonte: Elaborado pela aluna baseado nos balancetes financeiros disponíveis no portal eletrônico da Câmara Municipal de Florianópolis

Para relacionar com os gráficos 3 e 4 elaboraram-se tabelas para demonstrar os saldos mensais das contas aplicações no mercado aberto e do banco conta movimento da Câmara Municipal de Florianópolis no período de Março a Dezembro de 2008.

Após a tabela criaram-se recursos gráficos para observação da movimentação financeira da câmara com relação às despesas financeiras, tanto extra-orçamentárias como orçamentárias. Seguem as tabelas da evolução das contas supracitadas:

Tabela 5: Saldo Mensal de Aplicações no Mercado Aberto e Banco Conta Movimento de Março à Julho de 2008 (valores em R\$).

Meses de 2008	Março	Abril	Maior	Junho	Julho
<b>Aplicações no mercado aberto</b>	1.279.577,75	1.291.046,74	1.302.295,46	1.656.314,58	1.641.871,08
<b>Banco Conta Movimento</b>	1.252.476,64	340.194,35	889.322,31	696.527,34	657.631,62
<b>Total</b>	<b>2.532.054,39</b>	<b>1.631.241,09</b>	<b>2.191.617,77</b>	<b>2.352.841,92</b>	<b>2.299.502,70</b>

Fonte: Elaborada pela aluna baseado nos balancetes financeiros disponíveis no sítio eletrônico <http://www.cmf.sc.gov.br>

A seguir segue o gráfico que demonstram o saldo das aplicações no mercado aberto e o saldo do banco conta movimento no período de Março à Julho de 2008 do órgão do Poder Legislativo de Florianópolis.

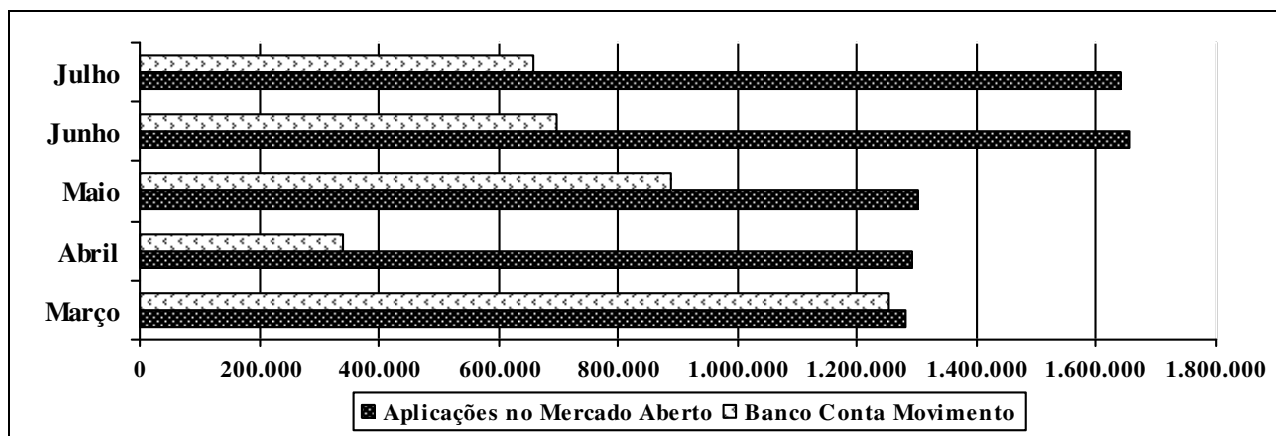


Gráfico 5: Relação dos Saldos Financeiros Mensais de Aplicações no Mercado Aberto e Banco Conta Movimento de Março à Julho de 2008 (valores em R\$)

Fonte: Elaborado pela aluna baseado nos balancetes financeiros disponíveis no portal eletrônico da Câmara Municipal de Florianópolis

O gráfico 5 demonstra, juntamente com a tabela 5, que no mês de Abril o saldo financeiro da câmara foi um dos menores do período analisado. Esse fato está diretamente ligado ao grande volume de despesas extra-orçamentárias e orçamentárias desse mesmo período, conforme pode ser visto no gráfico 3.

Além disso, pode-se perceber que existe aparentemente uma preocupação da câmara em deixar seus recursos disponíveis aplicados no mercado aberto, fato que acontece em todos os meses do gráfico com larga diferença do saldo mensal em conta bancária. Percebe-se que as aplicações no mercado aberto representam em média 66% aproximadamente dos recursos financeiros disponíveis ao final de cada mês.

O mês de Março é o único que está abaixo dessa média, uma possível causa é a previsão de que no próximo mês, Abril, as despesas orçamentárias tiverem um considerável aumento em relação ao mês de Março, conforme a tabela 3.

Abaixo segue tabela, com os demais meses do ano de 2008, que destacam os saldos das aplicações no mercado aberto e banco conta movimento da câmara legislativa do município de Florianópolis.

Tabela 6: Saldo Mensal de Aplicações no Mercado Aberto e Banco Conta Movimento de Agosto à Dezembro de 2008 (valores em R\$).

Meses de 2008	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>Aplicações no mercado aberto</b>	1.658.592,04	2.030.341,67	2.004.971,21	2.024.552,14	0,00
<b>Banco Conta Movimento</b>	1.042.024,43	1.064.285,82	1.499.964,21	319.647,97	299.116,81
<b>Total</b>	<b>2.700.616,47</b>	<b>3.094.627,49</b>	<b>3.504.935,42</b>	<b>2.344.200,11</b>	<b>299.116,81</b>

Fonte: Elaborada pela aluna baseado nos balancetes financeiros disponíveis no sítio eletrônico <http://www.cmf.sc.gov.br>

Elaborou-se um gráfico para comparar o montante de aplicações no mercado aberto e banco conta movimento em cada um dos meses de análise, como segue a seguir:

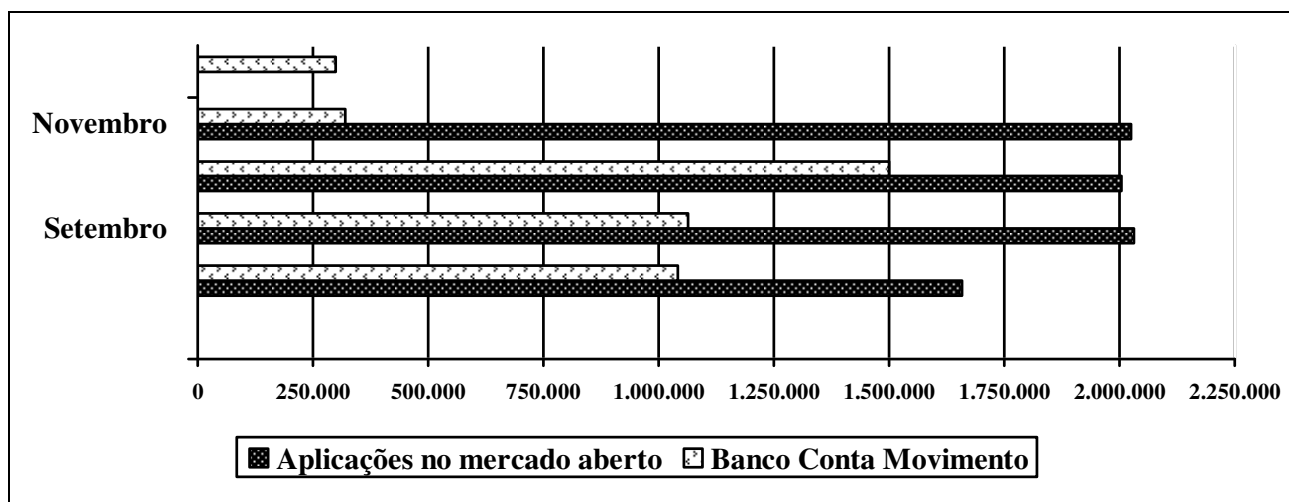


Gráfico 6: Relação dos Saldos Mensais de Aplicações no Mercado Aberto e Banco Conta Movimento de Agosto à Dezembro de 2008 (valores em R\$)

Fonte: Elaborada pela aluna baseado nos balancetes financeiros disponíveis no portal eletrônico da Câmara Municipal de Florianópolis

O gráfico acima também se comporta igualmente ao gráfico 5 no que se refere ao saldo sempre superior de aplicações no mercado aberto do que o saldo no banco conta movimento em cada mês, exceto no mês de Dezembro. O saldo da conta de aplicações foi totalmente usufruído no último mês do ano de 2008, isso provavelmente ocorreu por nesse período as despesas extra-orçamentárias tiveram um elevado aumento, e por isso tiveram que usar tudo o que existia de disponível na conta de aplicações.

Pode-se notar que no mês de Novembro o saldo de banco conta movimento ficou relevantemente menor do que no restante do gráfico. Uma razão para tal postura é que provavelmente tenham aplicado um valor maior no mercado aberto para gerar recursos financeiros para cobrir o volume de despesas extra-orçamentárias liquidadas no mês subsequente.

De um modo geral, pode-se observar que a saúde financeira da Câmara Municipal de Florianópolis está em boas condições, pois em poucos dos meses analisados a receita extra-orçamentária não supriu as despesas extra-orçamentárias e orçamentárias. E quando esse fato ocorreu houve saldo suficiente dos períodos anteriores para cobrir as despesas financeiras do mês.

Ainda que se saiba da obrigatoriedade de aplicar recursos do Regime Próprio de Previdência Social e de alguns convênios na intenção de manutenção do poder aquisitivo é

um ponto positivo de merecido destaque. Contudo, deve-se ter precaução quanto ao risco dessas aplicações, haja vista que as atribuições da câmara devem funcionar regularmente para o bom andamento da cidade de Florianópolis, criando e aprovando leis que beneficiem a população florianopolitana.

A despesa com pessoal e encargos sociais também é um ponto de destaque na área financeira da câmara. É o maior montante de despesas orçamentárias durante todo o ano de 2008, e representa em torno de 20% de todas as despesas financeiras do órgão legislativo do município de Florianópolis no ano de 2008. Deve-se ater a esse detalhe em não despender recursos demais nessa categoria econômica e poupar outras, como os investimentos, pouco utilizados durante a legislatura de 2008, conforme os balancetes financeiros.

### **3.4 Instrução normativa N. TC-06/2008**

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no uso de suas competências, altera os artigos 1º, 5º, 6º, 10, 11, 12 e 13 e anexos II e IV da Instrução Normativa n.TC-03/2007 e institui a Instrução Normativa n.TC-06/2008 de 6 de Outubro de 2008 a qual dispõe sobre a instauração e organização do processo de tomada de contas dos órgãos da administração pública direta e indireta, estadual e municipal e ainda como deve ser encaminhado ao TCE.

O objetivo de analisar a IN n.TC-06/2008 era fazer um cotejamento com o que foi realizado pela CMF, porém não como foi possível acesso ao mesmo, optou-se em demonstrar o que trata essa norma regulamentada pelo TCE.

A IN 06/2008 do TCE tem por objetivos gerais harmonizar a tramitação dos processos a fim de aperfeiçoar a gestão pública além de racionalizar a administração e a economia processual dos danos causados ao erário.

Antes de instaurar a tomada de contas especial, o TCE institui as providências administrativas através de diligências, notificações, comunicações, providências para a reposição dos valores ou bens ou para a indenização correspondente ao dano erário e outro procedimentos formalizados, porém todos com direito a ampla defesa, conforme artigo 4º da IN n.TC-03/2007.

Para dar início às providências administrativas, a autoridade administrativa irá contar o prazo de cinco dias a contar da data:

- da constatação de irregularidades na aplicação de recursos públicos, ou em que deveria ter sido apresentada a prestação de contas;
- do conhecimento de atos ilegal, ilegítimo ou antieconômico que resulte dano ao erário;
- da determinação, pelo TCE, de adoção de providências administrativas ou de instauração de tomada de contas especial.

A comunicação à autoridade administrativa que deve sofrer as providências administrativas poderá decorrer de determinação do próprio tribunal, das câmaras ou do relator, que tenha resultado de apurações em auditoria ou inspeção. O prazo para conclusão das providências administrativas é de sessenta dias. Será encaminhado uma cópia da adoção das providências administrativas ou da instauração da tomada de contas especial ao responsável pelo órgão central de controle interno, conforme conta no artigo 5º da IN n.TC-06/2008.

A tomada de contas especial será instaurada após a adoção de todas as providências necessárias à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e a elaboração de relatório conclusivo pelo servidor designado a fazê-lo, segundo o artigo 9º da IN n.TC-06/2008. O artigo 10 dispõe sobre os autos da tomada de contas especial serão encaminhados para manifestação do órgão central do controle interno e depois à autoridade administrativa responsável pela apuração dos fatos, podendo, podendo solicitar diligências.

Os autos da tomada de contas especial deverão ser compostos pelos documentos, conforme artigo 12 que constam no quadro a seguir:

<b>Relação de Documentos para os Autos da Tomada de Contas Especial</b>
Ato de instauração da tomada de contas especial
Ato de designação de servidor ou comissão
Cópias dos comprovantes de despesas, comunicações, pareceres, depoimentos colhidos
Cópias das notificações de cobrança com aviso de recebimento
Cópias de documentos que comprovem o dano ao erário
Cópias dos relatórios conclusivos
Cópia do relatório final de inquérito policial
Cópia das decisões em processos administrativos e ações judiciais
Relatório conclusivo circunstanciado
Pronunciamento do titular do órgão, dirigente máximo da unidade ou de autoridade do mesmo nível
Parecer do órgão de controle interno
Decisão do Tribunal de Contas

Quadro 2: Relação de Documentos dos Autos da Tomada de Contas Especial Previsto no Artigo 12 da IN n.TC-06/2008

Fonte: Elaborado pela aluna baseado na IN n.TC-06/2008.

Quando a tomada de contas especial for instaurada por omissão no dever de prestar contas, falta de comprovação da regular aplicação dos recursos repassados ou outro que causou dano ao erário, relativos a convênio, acordo, ajuste; além dos documentos do quadro 2, são necessários outros documentos. Esses documentos estão no quadro abaixo, conforme parágrafo 1º do artigo 12:

<b>Relação de Documentos do Parágrafo 1º do Artigo 12</b>
Termo formalizador de avença e adiantamento
Comprovantes de repasse e de recebimento dos recursos
Comprovantes da nota de empenho, da ordem de pagamento ou bancária
Comprovação de cadastramento do termo em sistema informatizado próprio
Comprovação de retenção
Comprovante de bloqueio e inclusão de inadimplente ou em situação irregular
Cópia dos termos de adjudicação e homologação dos processos licitatórios
Comprovação de recebimento do objeto da avença

Quadro 3: Relação dos Documentos Constantes no Parágrafo 1º do Artigo 12 da IN n.TC-06/2008.

Fonte: Elaborado pela aluna baseado na IN n.TC-06/2008.

Outros documentos são necessários, além daqueles contidos no quadro 2, quando houver desfalque, desvio de bens, dinheiro ou valores públicos nas contas de um determinado ente municipal ou estadual. Abaixo segue a relação desses documentos, previstos no parágrafo 2º do artigo 12 da IN n.TC-06/2008:

<b>Relação dos Documentos Conforme Parágrafo 2º do Artigo 12</b>
Comunicação formal do setor responsável pelos bens, dinheiro ou valores públicos
Cópia da nota fiscal de aquisição do bem ou termo de doação
Ficha individual de bem patrimonial ou ficha de movimento do material
Cópia do contrato, convênio ou termo de cessão
Orçamentos com valores atuais do bem ou similar
Cópia do boletim de ocorrência policial
Comprovação dos registros contábeis de baixa do bem e inscrição na conta de responsabilidade

Quadro 4: Relação de Documentos do Parágrafo 2º do Artigo 12 da IN n.TC-06/2008.

Fonte: Elaborado pela aluna baseado na IN n.TC-06/2008.

Baseado nos parágrafos 3º, 4º e 5º do artigo 12 da referida instrução normativa, a relação de todos os documentos citados nos quadros 2, 3 e 4 devem ser assinados e conter as qualificações dos responsáveis. Além disso, deverão ser acompanhados com a nota de conferência previstos no anexo IV da IN n.TC-06/2008 e a qual está anexada ao final desse trabalho. E a ausência de qualquer de um dos documentos da nota de conferência sem justificativa, acarretará a restituição dos autos à sua origem para a sua complementação.

Anualmente o TCE fixa um valor para a tomada de contas especial e dependendo se for inferior ou superior a essa quantia há dois caminhos pra o encerramento do processo. Será encaminhado ao Tribunal de Contas para julgamento se o dano for igual ou superior ao determinado pelo tribunal e será anexado à respectiva prestação de contas anual do administrador se esse valor foi inferior.

## **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES**

Neste capítulo são apresentadas as considerações finais acerca dos objetivos geral e específicos da pesquisa, quanto aos resultados obtidos no desenvolvimento do estudo e também será apresentado sugestões para a elaboração de futuros trabalhos na área.

### **4.1 Considerações quanto aos objetivos**

A pesquisa apresentada visa responder ao questionamento problema “ De que forma é realizada a prestação de contas da Câmara Municipal de Florianópolis para com a Sociedade?” e a resposta para tal pergunta foi alcançada. A prestação de contas da CMF é realizada tanto para o Poder Executivo, através de balancetes financeiros e para o TCE através do e-SFINGE com a alimentação bimestral das despesas realizadas pelo órgão do Poder Legislativo.

O presente estudo visa atender também aos objetivos específicos que servem de norteadores do mesmo. O objetivo específico a) é apresentar o histórico da Câmara Municipal de Florianópolis, como é composta, quais suas atribuições e qual a sua participação nas decisões em prol do interesse comum foi satisfatoriamente atendido. Foi brevemente explicado como houve o surgimento da câmara, foi também elaborado um quadro com os vereadores do mandato de 2005 a 2008 e um organograma de sua estrutura, comprovando a sua composição.

Atende-se ainda ao primeiro objetivo específico a funcionalidade da CMF demonstrando os passos para que os projetos se transformem em leis, o prazo que isso ocorra. A importância do Poder Legislativo do município foi ressaltada e apresentou-se como participa diretamente na busca pelo interesse comum da população local.

O objetivo b) – definir aspectos legais e sociais da prestação de contas, através de leis, instruções normativas e órgãos reguladores – igualmente foi alcançado. Na fundação teórica foram levantadas leis e instruções normativas, como por exemplo, a IN 01/1997, alguns aspectos a respeito da prestação de contas no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e do Tribunal de Contas da União.



O objetivo c) atendido pela pesquisa – apontar os meios que são veiculados as contas públicas da Câmara Municipal de Florianópolis – foi atendido quando evidencia o meio eletrônico como um dos meios onde se encontram balancetes financeiros, demonstrativos de restos a pagar, dos limites da dívida consolidada entre outros. Foi descrito o caminho, no portal eletrônico da CMF, para ter acesso a relatórios e demonstrativos das contas públicas.

De um modo geral, os objetivos, tanto geral – evidenciar os procedimentos e o acesso admitido dos interessados em interpretar e analisar a prestação de contas da Câmara Municipal de Florianópolis, para com a sociedade – quanto específicos foram alcançados, como pôde ser verificado no trabalho.

#### **4.2 Considerações quanto aos resultados**

A análise da prestação de contas da CMF pode ser resumida como uma análise apenas financeira, haja vista a dificuldade em obter os demonstrativos obrigatórios pela Lei n.º 4.320/64, como foi explanado na análise dos dados. E como a página eletrônica do órgão legislativo não atende à expectativa anterior detida pela autora dessa pesquisa por aparentemente ter insuficiência quanto aos dados que se esperava dispor considera-se alcançado em apenas algumas partes o objetivo específico inerente.

Os resultados esperados não foram tão satisfatoriamente encontrados haja vista às limitações de obtenção dos dados referidas anteriormente no início da pesquisa. As limitações se deram pelo difícil acesso, formatos de arquivos e informações não relevantes para o estudo.

A explanação sobre o e-SFINGE possibilitou o entendimento de como é realizado bimestralmente a prestação de contas da Câmara Municipal de Florianópolis ao TCE. Entretanto, esse sistema é de acesso restrito às unidades de autonomia administrativa e não se teve a oportunidade de verificar a prestação de contas. O e-SFINGE tem a finalidade principal de reduzir o volume de procedimentos e harmonizar a prestação de contas das unidades jurisdicionadas.

Com a utilização de recursos gráficos e estatísticos, no qual os balancetes financeiros por categoria econômica foram tomados como base dos meses de Março à Dezembro de 2008, pode-se destacar que a despesa orçamentária que mais contribui para os dispêndios financeiros da CMF foi pessoal e encargos sociais.

Os gráficos também demonstraram que as despesas extra-orçamentárias são superiores às despesas orçamentárias em todos os meses postos em análise. Um fato determinante também é que quando havia uma elevação nas despesas extra-orçamentárias, principalmente, aumentavam as receitas extra-orçamentárias.

As tabelas elaboradas no desenvolvimento desse estudo também auxiliaram a análise do resultado financeiro mensal da câmara. Quando as receitas extra-orçamentárias não cobriam as despesas extra-orçamentárias somadas às despesas orçamentárias do mês, havia saldo ou em aplicações no mercado aberto ou no banco conta movimento para a cobertura das despesas.

#### **4.3 Sugestões para futuros trabalhos**

Esse estudo limitou-se em buscar junto à Câmara Municipal de Florianópolis os documentos elaborados para a prestação de contas tanto ao TCE quanto ao Poder Executivo. Sugere-se para que próximos trabalhos na CMF busquem os documentos em outros órgãos, como o próprio tribunal de contas, Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, Receita ou na Secretaria Executiva do Controle Interno e Ouvidoria.

Sugere-se ainda que anos eleitorais sejam descartados ou utilizados conjuntamente com outros anos para a análise mais profunda da prestação de contas, haja vista a omissão ou manipulação das informações pode ocorrer em decorrência de partidos políticos. Pode-se fazer análise dos demonstrativos encontrados no portal eletrônico da câmara, não ficando refém dos documentos oficiais de difícil acesso da população.

Indica-se que seja feita proposta aos vereadores em aderir a trabalhos nessa área, pois a abertura dos mesmos deve romper o cerco que existe no órgão legislativo da capital de Santa Catarina. E também que a prestação de contas seja analisada junto a outras câmaras legislativas, que não a de Florianópolis.

Salienta-se para a elaboração de novos trabalhos que seja estudada a Lei Complementar Federal n.º 131 de 27 de Maio de 2009, que acrescenta dispositivos à Lei n.º 101 de 4 de Maio de 2000, que estabelece normas de finanças pública voltadas à responsabilidade na gestão fiscal além de outras providências.

Cabe propor a observação dos atos dos vereadores a fim de fiscalizar a aprovação e criação de leis, pois interfere direta ou indiretamente no cotidiano da sociedade florianopolitana.

## REFERÊNCIAS

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

ARQUITETURA DA TERRA. Disponível em:

<[http://www.arq.ufsc.br/arq5661/trabalhos\\_2004-1/arq\\_terra/pauapique.htm](http://www.arq.ufsc.br/arq5661/trabalhos_2004-1/arq_terra/pauapique.htm)> Acesso em: 3 de maio de 2010.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira, LEHFELED, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da metodologia**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Direito e poder**. São Paulo: UNESP, 2008.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 24 abril 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 101**, de 4 de Maio de 200. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 11 jul 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 4.320**, de 17 de Março de 1964. Estatui Normas Gerais do Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm)>. Acesso em: 2 maio 2010.

\_\_\_\_\_. **Portaria n.º 42**, de 14 de Abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <<http://www.cmf.sc.gov.br>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 1.101**, de 14 de Dezembro de 2004 da Câmara Municipal de Florianópolis. Fixa o Subsídio dos Vereadores e dispõe sobre Verbas Indenizatórias para a Legislatra

Correspondente aos anos de 2005 a 2008. Disponível em: <[http:// www.cmf.sc.gov.br](http://www.cmf.sc.gov.br)>. Acesso em: 2 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 7.500**, de 21 de Dezembro de 2007 da Câmara Municipal de Florianópolis. Estima a Receita e fixa a Despesa do Orçamento do Município de Florianópolis para o exercício de 2008. Disponível em: <<http://www.cmf.sc.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 7.505**, de 21 de Dezembro de 2007 da Câmara Municipal de Florianópolis. Altera o artigo 2º da Lei CMF N. 1.101 de 2004. Disponível em: <<http://www.cmf.sc.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.). **Construindo o saber:** técnicas de metodologia científica. 2 ed. Campinas: Papirus, 1989.

CARUSO, Waldemar Filho. **Desterro e a câmara:** traços da cidade, de sua história e de sua gente. 1982. Trabalho organizado pelo vereador.

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del2848.htm>> Acesso em: 11 jul 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Legislações .Resoluções. Disponível em : <<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>>. Acesso em: 11 jul 2010.

COTRIM, Gilberto. **História & consciência do Brasil:** da independência aos dias atuais – volume 2. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

CRUZ, Sebastião da. **Capitão-mor e escrivão.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[flacruz9@ativanet.com.br](mailto:flacruz9@ativanet.com.br)> em 29 abri 2010.

DROPA, Romualdo Flávio. **Controle social.** Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/artigos/2003/romualdoflaviiodropa/controlesocial>>. Acesso em: 11 jul 2010.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **Re: Câmara Municipal de Florianópolis.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[mariiii\\_wagner@yahoo.com.br](mailto:mariiii_wagner@yahoo.com.br)> em 26 abri 2010.

FLORIANÓPOLIS, **Lei Orgânica do Município de Florianópolis.** Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/c. pl>>. Acesso em: 28 maio 2010.

HISTÓRIA DO MUNDO. Disponível em: <[http:// www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/formas-e-regime-de-governo](http://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/formas-e-regime-de-governo)>. Acesso em: 21 abr.2010

JUND, Sérgio. **Administração, orçamento e contabilidade pública**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Rui Cirne. **Princípios do direito administrativo**. 5 ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.1982.

MATHIAS, Gilberto; SALAMA, Pierre. **O Estado superdesenvolvido**. Ensaio sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1983.

MELLO NETO, Candido de. **O anarquismo experimental de Giovanni Rossi**. De Poggio al Maré à Colônia Cecília. 2 ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG. 1998.

NETO, Alexandre Assaf; SANTOS, Arioslvado dos; KASSAI, José Roberto; NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa; FIPECAFI. **Retorno de Investimento: Abordagem matemática e contábil do lucro empresarial**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Sílvio L. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1998.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. **Direito administrativo**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PÓLIS – INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS. **Repente: Participação popular na construção do poder local**. Disponível em: < [http://www.polis.org.br/obras/arquivo\\_290.pdf](http://www.polis.org.br/obras/arquivo_290.pdf)>. Acesso em 11 jul 2010.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA. Brasília: Senado Federal, 1981.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, Uirá; CRUZ, Carla. **Metodologia científica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2003.

SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.sef.gov.br/auditoria>>. Acesso em: 20 mai. de 2010.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 24 jun. de 2009.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa n.º 01**, de 15 de Janeiro de 1997 da Secretaria do Tesouro Nacional. Disciplina a Celebração de Convênios de Natureza Financeira que tenham por Objeto a Execução de Projetos ou Realização de Eventos e dá outras Providências. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/IN1\\_97.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/IN1_97.pdf)>. Acesso em: 5 maio 2010.

SILVA, Adolfo Nicolich da. **Ruas de Florianópolis**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1999.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental**: um enfoque administrativo. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.tce.sc.gov.br>>. Acesso em: 24 jun. de 2009.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa n.º 01**, de 3 de Outubro de 2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Altera os artigos 3º e 5º da Instrução Normativa n.º N.TC-004/2004. Disponível em: <<http://www.tce.sc.gov.br/web/legislacao/instrucoes/2005>> Acesso em: 20 maio 2010.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa n.º 03**, de 29 de Agosto de 2007 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Dispõe sobre a instauração e organização de processo de tomada de contas especial no âmbito da administração pública direta e indireta, estadual e municipal, e ainda do seu encaminhamento ao Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.sc.gov.br/web/legislacao/instrucoes/2005>> Acesso em: 20 maio 2010.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa n.º 04**, de 8 de Dezembro de 2004 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Institui o Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão – e-SFINGE. Disponível em: <<http://www.tce.sc.gov.br/web/legislacao/instrucoes/2005>> Acesso em: 20 maio 2010.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa n.º 06**, de 6 de Outubro de 2008 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Altera a Redação dos artigos 1º, 5º, 6º, 10 a 13 e Anexos II e IV da

Instrução Normativa n.TC-03/2007. Disponível em:  
<<http://www.tce.sc.gov.br/web/legislacao/instrucoes/2005> Acesso em: 20 maio 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br>>. Acesso em 16 maio de 2010.

ZIKMUND, William G. **Princípios da pesquisa de marketing**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2006.



## ANEXO A – BALANCETES FINANCEIROS DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2008 DA CMF.

SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Exercício de 2008

Página 1 de 1

**Balancete Financeiro** - Período de 01/01/2008 a 31/01/2008

Conta	Especificação	Receita	Despesa
6943	<b>DEPÓSITOS</b>	<b>494.594,85</b>	<b>231.231,78</b>
8387	INSS	18.299,72	0,00
8394	ASEVECAF	186.341,50	186.341,50
8389	PENSÕES ALIMENTÍCIAS	23.235,52	23.235,52
8396	STSPMF	776,95	776,95
8404	VALE-ALIMENTAÇÃO	954,75	0,00
8391	IMPOSTO DE RENDA	166.351,34	0,00
8390	ISQN	623,27	0,00
8400	VALE-TRANSPORTES	969,04	0,00
8388	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	76.164,95	0,00
8392	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	14.962,69	14.962,69
8393	HSBC-EMPRÉSTIMO PESSOAL	5.915,12	5.915,12
7025	<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>1.456.023,64</b>	<b>1.531.773,00</b>
7217	FORNECEDORES DO EXERCÍCIO	118.932,41	117.971,28
11492	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2007	0,00	10.937,21
11493	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2007	0,00	69.088,78
11494	RESTOS A PAGAR NÃO PROC.2007 LIQUIDADOS	69.088,78	65.773,28
7598	PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	1.249.926,42	1.249.926,42
7623	BENEFÍCIOS A PAGAR	18.076,03	18.076,03
7079	<b>TRANSFERENCIAS RECEBIDAS</b>	<b>2.231.833,51</b>	0,00
8312	SUPRIMENTOS RECEBIDOS	2.231.833,51	0,00
8467	<b>DESPESA CORRENTE LIQUIDADADA</b>		<b>1.386.934,86</b>
8493	PENSÕES	0,00	18.076,03
8519	VENCIMENTOS E VANT. FIXAS-PESSOAL CÍVIL	0,00	1.240.128,75
8535	VENCIMENTOS E VANT. FIXAS-PESSOAL MILITAR	0,00	2.257,24
8482	OUT. DESP. PESSOAL DEC.CONT.TERCEIRIZAÇÃO	0,00	7.540,43
8601	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.192,30
9933	OUTROS SERV. TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	0,00	19.176,23
10019	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	0,00	95.563,88
<b>Saldos em Bancos</b>		<b>Saldo Anterior</b>	<b>Saldo Atual</b>
8319	CEF FEDERAL 6.0000052-4	30.836,97	57.372,99
8322	HSBC-BANK BRASIL S/A - C/C 024877-34	596.839,36	1.602.815,70
8329	HSBC-BANK BRASIL S/A - APLIC. CDB/RDB 24877-34	0,00	0,00
<b>Totais em Bancos</b>		<b>627.676,33</b>	<b>1.660.188,69</b>
<b>Total Geral</b>		<b>4.810.128,33</b>	<b>4.810.128,33</b>

Florianópolis, 31/01/2008

PTOLOMEU BITTENCOURT JUNIOR  
PRESIDENTE

JAIR ANTONIO MIOTTO  
1º SECRETÁRIO

ALCEU NIECKARZ

VALDIR MANOEL DE SOUSA  
Contador BRC/SC 14000/o-0

AMARILDO MARÇAL NUNES  
Diretor Administrativo

SANTA CATARINA

Exercício de 2008

CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Página 1 de 1

Balancete Financeiro - Período de 01/02/2008 a 29/02/2008

Conta	Especificação	Receita	Despesa
6943	<b>DEPÓSITOS</b>	<b>549.198,74</b>	<b>501.297,35</b>
8387	INSS	23.287,35	23.487,32
8394	ASEVECAF	186.909,64	186.909,64
8389	PENSÕES ALIMENTÍCIAS	24.689,10	24.689,10
8396	STSPMF	753,44	753,44
8404	VALE-ALIMENTAÇÃO	951,40	0,00
8391	IMPOSTO DE RENDA	184.094,34	166.351,34
8390	ISQN	3.395,23	623,27
8400	VALE-TRANSPORTES	2.608,18	2.226,00
8388	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	82.568,66	76.164,95
8392	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	14.697,85	14.697,85
8403	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - INSS	19.849,11	0,00
8393	HSBC-EMPRÉSTIMO PESSOAL	5.394,44	5.394,44
7025	<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>1.828.647,07</b>	<b>1.940.839,61</b>
7217	FORNECEDORES DO EXERCÍCIO	199.787,59	197.489,35
11492	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2007	0,00	9.423,84
11493	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2007	0,00	102.084,17
11494	RESTOS A PAGAR NÃO PROC.2007 LIQUIDADOS	102.084,17	105.066,94
7598	PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	1.508.699,28	1.508.699,28
7623	BENEFÍCIOS A PAGAR	18.076,03	18.076,03
7079	<b>TRANSFERENCIAS RECEBIDAS</b>	<b>2.230.640,81</b>	0,00
8312	SUPRIMENTOS RECEBIDOS	2.230.640,81	0,00
8467	<b>DESPESA CORRENTE LIQUIDADADA</b>	<b>10.374,00</b>	<b>1.726.562,90</b>
8493	PENSÕES	0,00	18.076,03
8519	VENCIMENTOS E VANT. FIXAS-PESSOAL CÍVIL	0,00	1.313.968,04
8535	VENCIMENTOS E VANT. FIXAS-PESSOAL MILITAR	0,00	2.257,24
8543	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		50.347,52
8482	OUT. DESP. PESSOAL DEC.CONT.TERCEIRIZAÇÃO	0,00	7.540,43
8601	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.297,94
8681	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		133.288,11
9769	DIARIAS		1.225,00
9794	MATERIAL DE CONSUMO		1.268,30
9872	OUTROS SERV. TERCEIROS-PESSOA FÍSICA		4.560,00
9933	OUTROS SERV. TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	10.374,00	98.096,54
10019	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	0,00	94.637,75
<b>Saldos em Bancos</b>		<b>Saldo Anterior</b>	<b>Saldo Atual</b>
8319	CEF FEDERAL 6.0000052-4	57.372,99	34.493,84
8322	HSBC-BANK BRASIL S/A - C/C 024877-34	1.602.815,70	2.075.855,61
8329	HSBC-BANK BRASIL S/A - APLIC. CDB/RDB 24877-34	0,00	0,00
<b>Totais em Bancos</b>		<b>1.660.188,69</b>	<b>2.110.349,45</b>
<b>Total Geral</b>		<b>6.279.049,31</b>	<b>6.279.049,31</b>
Florianópolis, 29/02/2008			
PTOLOMEU BITTENCOURT JUNIOR PRESIDENTE		JAIR ANTONIO MIOTTO 1º SECRETÁRIO	
ALCEU NIECKARZ 2º SECRETÁRIO		VALDIR MANOEL DE SOUZA Contador CRC/SC 14000/O.0	
AMARILDO MARÇAL NUNES Diretor Administrativo			

**Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2008

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	1.871.211,32
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.731.981,32
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.341.923,15
		JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	63.214,04
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	272.415,13
		INVESTIMENTOS	4.409,00
		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	50.000,00
		Despesas Intra-orçamentárias	139.250,00
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	139.250,00
Receita Extra - Orçamentária	4.647.949,29	Despesa Extra - Orçamentária	2.355.033,03
DEPOSITOS	544.126,12	DEPOSITOS	522.316,53
CONSIGNACOES	511.965,27	CONSIGNACOES	519.209,67
PREVIDENCIA SOCIAL	103.326,70	PREVIDENCIA SOCIAL	100.668,41
PENSAO ALIMENTICIA	23.311,96	PENSAO ALIMENTICIA	23.311,96
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	177.582,63	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	187.485,32
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	17.957,57	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	17.957,57
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	189.786,41	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	189.786,41
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	32.160,85	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.106,86
DEPOSITOS A TRANSFERIR	32.160,85	DEPOSITOS A TRANSFERIR	3.106,86
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.566.297,49	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.832.716,50
OBRIGACOES A PAGAR	1.759.371,97	OBRIGACOES A PAGAR	1.719.502,46
FORNECEDORES	276.624,13	FORNECEDORES	235.247,20
PESSOAL A PAGAR	1.274.109,17	PESSOAL A PAGAR	1.274.109,17
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	188.987,95	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	188.987,95
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	1.374,69	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	3.082,11
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	18.076,03	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	18.076,03
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.693.711,48	OUTRAS OBRIGACOES	113.214,04
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	6.693.711,48	OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCICIO	113.214,04
OUTRAS OBRIGACOES	113.214,04		
OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCICIO	113.214,04		
INTERFERENCIAS ATIVAS	-4.462.474,32		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	-4.462.474,32		
REPASSE RECEBIDO	-4.462.474,32		
Saldos anteriores	2.110.349,45	Saldos atuais	2.532.054,39
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.279.577,75
BANCO C/ MOVIMENTO	2.110.349,45	BANCO C/ MOVIMENTO	1.252.476,64
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	6.758.298,74	Total	6.758.298,74

Florianópolis, 31/03/2008

PTOLOMEU BITTENCOURT JUNIOR  
 Presidente

JAIR ANTONIO MIOTTO  
 1º Secretário

ALCEU NIECKARZ  
 2º Secretário

AMARILDO MARÇAL NUNES  
 Diretor Administrativo

VALDIR MANOEL DE SOUZA  
 Contador CRC/SC 14.000/O-0

**Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2008

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	2.827.310,90
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	2.548.919,59
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.394.161,26
		JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	454.193,95
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	350.324,88
		INVESTIMENTOS	239,70
		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	350.000,00
		Despesas Intra-orçamentárias	278.391,31
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	278.391,31
<b>Receita Extra - Orçamentária</b>	<b>6.019.188,27</b>	<b>Despesa Extra - Orçamentária</b>	<b>4.092.690,67</b>
DEPOSITOS	763.858,66	DEPOSITOS	977.913,53
CONSIGNAÇÕES	535.324,81	CONSIGNAÇÕES	631.954,89
PREVIDENCIA SOCIAL	117.161,48	PREVIDENCIA SOCIAL	220.475,80
PENSAO ALIMENTICIA	23.624,11	PENSAO ALIMENTICIA	23.624,11
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	186.406,74	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	179.722,50
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	15.690,67	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	15.690,67
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	192.441,81	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	192.441,81
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	228.533,85	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	345.958,64
DEPOSITOS A TRANSFERIR	228.533,85	DEPOSITOS A TRANSFERIR	345.958,64
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	5.255.329,61	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	3.114.777,14
OBRIGACOES A PAGAR	2.219.898,50	OBRIGACOES A PAGAR	2.310.583,19
FORNECEDORES	350.564,38	FORNECEDORES	371.956,75
PESSOAL A PAGAR	1.278.300,02	PESSOAL A PAGAR	1.278.300,02
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	378.808,27	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	378.808,27
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	194.149,80	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	263.442,12
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	18.076,03	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	18.076,03
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	2.231.237,16	OUTRAS OBRIGACOES	804.193,95
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	2.231.237,16	OUTRAS OBRIGACOES-DO EXERCICIO	804.193,95
OUTRAS OBRIGACOES	804.193,95		
OUTRAS OBRIGACOES-DO EXERCICIO	804.193,95		
<b>Saldos anteriores</b>	<b>2.532.054,39</b>	<b>Saldos atuais</b>	<b>1.631.241,09</b>
APLICACOES NO MERCADO ABERTO	1.279.577,75	APLICACOES NO MERCADO ABERTO	1.291.046,74
BANCO C/ MOVIMENTO	1.252.476,64	BANCO C/ MOVIMENTO	340.194,35
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANCA	0,00	POUPANCA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
<b>Total</b>	<b>8.551.242,66</b>	<b>Total</b>	<b>8.551.242,66</b>

Florianópolis, 30/04/2008

PTOLOMEU BITTENCOURT JUNIOR  
 Presidente

AMARILDO MARÇAL NUNES  
 Diretor Administrativo

JAIR ANTONIO MIOTTO  
 1º Secretário

VALDIR MANOEL DE SOUZA  
 Contador CRC/SC 14.000/O-0

ARCELI NECKEN  
 2º Secretário

Santa Catarina

## CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2008

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	1.660.234,66
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.660.234,66
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.387.137,51
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	269.877,15
		INVESTIMENTOS	3.220,00
Receita Extra - Orçamentária	4.698.927,43	Despesa Extra - Orçamentária	2.478.316,09
DEPOSITOS	604.817,47	DEPOSITOS	664.440,51
CONSIGNACOES	530.312,18	CONSIGNACOES	621.542,81
PREVIDENCIA SOCIAL	108.561,30	PREVIDENCIA SOCIAL	19.851,90
PENSAO ALIMENTICIA	26.097,33	PENSAO ALIMENTICIA	26.097,33
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	188.300,94	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	368.240,77
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	13.334,31	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	13.334,31
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	194.018,30	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	194.018,30
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	74.505,29	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	42.897,90
DEPOSITOS A TRANSFERIR	74.505,29	DEPOSITOS A TRANSFERIR	42.897,90
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.094.109,96	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.813.675,58
OBRIGACOES A PAGAR	1.862.872,80	OBRIGACOES A PAGAR	1.813.675,58
FORNECEDORES	274.652,65	FORNECEDORES	225.655,43
PESSOAL A PAGAR	1.319.101,20	PESSOAL A PAGAR	1.319.101,20
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	250.173,92	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	250.173,92
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	869,00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	869,00
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	18.076,03	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	18.076,03
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	2.231.237,16		
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	2.231.237,16		
Saldos anteriores	1.631.241,09	Saldos atuais	2.191.617,77
APLICACOES NO MERCADO ABERTO	1.281.046,74	APLICACOES NO MERCADO ABERTO	1.302.295,46
BANCO C/ MOVIMENTO	340.194,35	BANCO C/ MOVIMENTO	889.322,31
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANCA	0,00	POUPANCA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00

Total 6.330.168,52

Total 6.330.168,52

Florianópolis, 09/06/2008

PTOLOMEU BITTENCOURT JUNIOR  
PresidenteJAIR ANTONIO MIOTTO  
1º SecretárioALCEU NIETKARZ  
2º SecretárioAMARILDO MARÇAL NUNES  
Diretor AdministrativoVALDIR MANOEL DE SOUZA  
Contador CRC/SC 14.000/O-0

## Santa Catarina

## CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2008

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	2.052.592,71
		Despesas excoeto Intra-orçamentárias	1.755.568,94
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.472.455,81
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	279.353,13
		INVESTIMENTOS	3.760,00
		Despesas Intra-orçamentárias	297.023,77
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	297.023,77
Receita Extra - Orçamentária	5.043.723,42	Despesa Extra - Orçamentária	2.829.906,56
CREDITOS EM CIRCULACAO	1.347,98	CREDITOS EM CIRCULACAO	1.347,98
CREDITOS A RECEBER	1.347,98	CREDITOS A RECEBER	1.347,98
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.347,98	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.347,98
DEPOSITOS	604.049,50	DEPOSITOS	431.350,96
CONSIGNACOES	565.139,84	CONSIGNACOES	431.350,96
PREVIDENCIA SOCIAL	121.094,11	PREVIDENCIA SOCIAL	194.253,77
PENSAO ALIMENTICIA	28.264,10	PENSAO ALIMENTICIA	28.264,10
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	206.931,45	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	13.144,99
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	13.144,99	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	195.688,10
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	195.705,19	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	2.397.207,62
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	38.909,66	OBRIGACOES A PAGAR	2.397.207,62
DEPOSITOS A TRANSFERIR	38.909,66	FORNECEDORES	332.402,66
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.438.325,94	PESSOAL A PAGAR	1.399.907,13
OBRIGACOES A PAGAR	2.207.088,78	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	349.580,46
FORNECEDORES	289.946,51	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	295.325,38
PESSOAL A PAGAR	1.399.907,13	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	19.991,99
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	349.580,46		
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	147.662,69		
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	19.991,99		
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	2.231.237,16		
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	2.231.237,16		
Saldos anteriores	2.191.617,77	Saldos atuais	2.352.841,92
APLICACOES NO MERCADO ABERTO	1.302.295,48	APLICACOES NO MERCADO ABERTO	1.656.314,58
BANCO C/ MOVIMENTO	889.322,31	BANCO C/ MOVIMENTO	696.527,34
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANCA	0,00	POUPANCA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	7.235.341,19	Total	7.235.341,19

Florianópolis, 30/06/2008

PTOLOMEU BITTENCOURT JUNIOR  
PresidenteJAIR ANTONIO MIOTTO  
1º SecretárioALCEU NIECKARZ  
2º SecretárioAMARILDO MARÇAL NUNES  
Diretor AdministrativoVALDIR MANOEL DE SOUZA  
Contador CRC/SC 14.000/O.0

**Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Julho/2008

Receita		Despesa	
Titulos	Valor	Titulos	Valor
		Despesa Orçamentária	2.439.459,28
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	2.290.281,35
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.122.149,77
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	161.812,58
		INVESTIMENTOS	6.319,00
		Despesas Intra-orçamentárias	149.177,93
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	149.177,93
Receita Extra - Orçamentária	5.256.980,55	Despesa Extra - Orçamentária	2.670.860,49
DEPOSITOS	586.284,11	CREDITOS EM CIRCULACAO	1.347,98
CONSIGNACOES	566.595,01	CREDITOS A RECEBER	1.347,98
PREVIDENCIA SOCIAL	112.869,51	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.347,98
PENSAO ALIMENTICIA	42.886,90	DEPOSITOS	481.106,43
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	202.628,65	CONSIGNACOES	477.729,53
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	12.345,04	PREVIDENCIA SOCIAL	15.352,85
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	195.864,91	PENSAO ALIMENTICIA	42.886,90
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	19.689,10	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	211.262,74
DEPOSITOS A TRANSFERIR	19.689,10	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	12.345,04
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.617.971,64	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	195.882,00
OBRIGACOES A PAGAR	2.386.734,48	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.378,90
FORNECEDORES	186.809,80	DEPOSITOS A TRANSFERIR	3.378,90
PESSOAL A PAGAR	2.196.542,72	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	2.388.404,08
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	256,57	OBRIGACOES A PAGAR	2.388.404,08
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	3.125,39	FORNECEDORES	168.479,40
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	2.231.237,16	PESSOAL A PAGAR	2.196.542,72
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	2.231.237,16	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	256,57
Despesas Empenhadas e Liquidar*	52.724,80	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	3.125,39
Saldos anteriores	2.352.841,92	Saldos atuais	2.299.502,70
APLICACOES NO MERCADO ABERTO	1.656.314,58	APLICACOES NO MERCADO ABERTO	1.641.871,08
BANCO C/ MOVIMENTO	686.527,34	BANCO C/ MOVIMENTO	657.631,62
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANCA	0,00	POUPANCA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	7.609.822,47	Total	7.609.822,47

\*Nota: Os valores da conta "Despesas Empenhadas e Liquidar" refere-se a contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas, que ainda não foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

Florianópolis, 31/07/2008

PTOLEMEU BITTENCOURT JUNIOR  
 Presidente

JAIR ANTONIO MIOTTO  
 1º Secretário

ALCELI NECKARZ  
 2º Secretário

AMARILDO MARCAL NUNES  
 Diretor Administrativo

VALDIR MANOEL DE SOUZA  
 Contador CRC/SC 14.000/O.0

## Santa Catarina

## CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Agosto/2008

Receita		Despesa	
Titulos	Valor	Titulos	Valor
		Despesa Orçamentária	1.884.100,74
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.714.922,81
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.441.875,74
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	273.047,07
		Despesas Intra-orçamentárias	149.177,93
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	149.177,93
Receita Extra - Orçamentária	4.936.632,15	Despesa Extra - Orçamentária	2.671.507,64
CREDITOS EM CIRCULACAO	1.347,98	CREDITOS EM CIRCULACAO	1.347,98
CREDITOS A RECEBER	1.347,98	CREDITOS A RECEBER	1.347,98
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.347,98	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.347,98
DEPOSITOS	624.626,03	DEPOSITOS	587.382,65
CONSIGNACOES	581.952,69	CONSIGNACOES	583.246,21
PREVIDENCIA SOCIAL	128.496,62	PREVIDENCIA SOCIAL	128.752,78
PENSAO ALIMENTICIA	27.932,92	PENSAO ALIMENTICIA	27.932,92
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	212.546,03	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	213.583,39
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	12.570,98	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	12.570,98
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	200.406,14	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	200.406,14
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	42.673,34	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.136,44
DEPOSITOS A TRANSFERIR	42.673,34	DEPOSITOS A TRANSFERIR	4.136,44
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.310.338,14	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	2.082.777,01
OBRIGACOES A PAGAR	2.079.100,98	OBRIGACOES A PAGAR	2.082.777,01
FORNECEDORES	159.080,67	FORNECEDORES	158.438,70
PESSOAL A PAGAR	1.703.845,19	PESSOAL A PAGAR	1.703.845,19
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	203.981,22	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	203.981,22
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	12.193,90	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	16.511,90
ADIANTEMENTOS RECEBIDOS	2.231.237,18		
ADIANTEMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	2.231.237,18		
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	320,00		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	320,00		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	320,00		
Saldos anteriores	2.299.502,70	Saldos atuais	2.700.526,47
APLICACOES NO MERCADO ABERTO	1.641.871,05	APLICACOES NO MERCADO ABERTO	1.658.502,04
BANCO C/ MOVIMENTO	657.631,62	BANCO C/ MOVIMENTO	1.042.024,43
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANCA	0,00	POUPANCA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	7.236.134,85	Total	7.236.134,85

Florianópolis, 31/08/2008

PTOLOMEU BITTENCOURT JUNIOR  
PresidenteAMARILDO MARÇAL NUNES  
Diretor AdministrativoJAIR ANTONIO MIOTTO  
1º SecretárioVALDIR MANOEL DE SOUZA  
Contador CRC/SC 14.000/O.OALCEU NIECKARZ  
2º Secretário



Santa Catarina

## CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2008

Receita		Despesa	
Titulos	Valor	Titulos	Valor
		Despesa Orçamentária	1.817.295,60
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.767.268,27
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.497.984,95
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	269.283,32
		Despesas Intra-orçamentárias	150.027,33
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	150.027,33
Receita Extra - Orçamentária	5.185.883,78	Despesa Extra - Orçamentária	2.874.487,16
CREDITOS EM CIRCULACAO	2.606,09	CREDITOS EM CIRCULACAO	1.258,11
CREDITOS A RECEBER	2.606,09	CREDITOS A RECEBER	1.258,11
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	2.606,09	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.258,11
DEPOSITOS	694.229,05	DEPOSITOS	631.313,41
CONSIGNACOES	626.525,64	CONSIGNACOES	628.322,49
PREVIDENCIA SOCIAL	120.745,48	PREVIDENCIA SOCIAL	120.833,78
PENSAO ALIMENTICIA	31.057,68	PENSAO ALIMENTICIA	31.057,68
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	249.111,82	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	250.820,37
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	16.272,95	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	16.272,95
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	209.337,71	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	209.337,71
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	67.703,41	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.990,92
DEPOSITOS A TRANSFERIR	67.703,41	DEPOSITOS A TRANSFERIR	2.990,92
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.489.048,64	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	2.241.915,64
OBRIGACOES A PAGAR	2.257.811,48	OBRIGACOES A PAGAR	2.241.915,64
FORNECEDORES	154.521,61	FORNECEDORES	170.534,52
PESSOAL A PAGAR	1.846.056,22	PESSOAL A PAGAR	1.846.056,22
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	257.233,65	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	225.324,90
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	2.231.237,16		
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	2.231.237,16		
Saldos anteriores	2.700.526,47	Saldos atuais	3.094.627,49
APLICACOES NO MERCADO ABERTO	1.658.502,04	APLICACOES NO MERCADO ABERTO	2.630.341,67
BANCO C/ MOVIMENTO	1.042.024,43	BANCO C/ MOVIMENTO	1.064.285,82
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANCA	0,00	POUPANCA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	7.886.410,25	Total	7.886.410,25

Florianópolis, 30/09/2008

PTOLOMEU BITTENCOURT JUNIOR  
PresidenteAMARILDO MARÇAL NUNES  
Diretor AdministrativoJAIR ANTONIO MIOTTO  
1º SecretárioVALDIR MANOEL DE SOUZA  
Contador CRC/SC 14.000/O-0ALCEU NIECKARZ  
2º Secretário

**Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2008

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	1.881.461,55
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.731.959,99
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.445.509,98
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	285.254,01
		INVESTIMENTOS	1.196,00
		Despesas Intra-orçamentárias	149.501,56
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	149.501,56
Receita Extra - Orçamentária	4.706.159,26	Despesa Extra - Orçamentária	2.414.389,80
DEPOSITOS	588.383,71	DEPOSITOS	554.322,82
CONSIGNACOES	551.771,55	CONSIGNACOES	551.618,42
PREVIDENCIA SOCIAL	112.500,14	PREVIDENCIA SOCIAL	113.602,58
PENSAO ALIMENTICIA	30.487,35	PENSAO ALIMENTICIA	30.487,35
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	201.235,39	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	199.979,82
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.163,34	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.163,34
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	196.385,33	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	196.385,33
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	36.612,16	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.704,40
DEPOSITOS A TRANSFERIR	36.612,16	DEPOSITOS A TRANSFERIR	2.704,40
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.117.775,55	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.860.066,98
OBRIGACOES A PAGAR	1.886.538,39	OBRIGACOES A PAGAR	1.860.066,98
FORNECEDORES	167.625,02	FORNECEDORES	142.039,71
PESSOAL A PAGAR	1.508.922,95	PESSOAL A PAGAR	1.508.922,95
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	203.930,42	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	203.045,32
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.060,00	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.060,00
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	2.231.237,16		
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	2.231.237,16		
Saldos anteriores	3.094.627,49	Saldos atuais	3.504.935,40
APLICACOES NO MERCADO ABERTO	2.030.341,67	APLICACOES NO MERCADO ABERTO	2.004.971,19
BANCO C/ MOVIMENTO	1.064.285,82	BANCO C/ MOVIMENTO	1.499.964,21
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANCA	0,00	POUPANCA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	7.800.786,75	Total	7.800.786,75

Florianópolis, 31/10/2008

PTOLOMEU BITTENCOURT JUNIOR  
 Presidente

AMARILDO MARCAL NUNES  
 Diretor Administrativo

JAIR ANTONIO MIOTTO  
 1º Secretário

VALDIR MANOEL DE SOUZA  
 Contador CRC/SC 14.000/O.0

ALCEU NIECKARZ  
 2º Secretário

**Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS**  
 Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2008

Receita		Despesa	
Titulos	Valor	Titulos	Valor
		Despesa Orçamentária	3.435.697,25
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	3.286.124,73
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.468.415,21
		JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	749.918,62
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	280.513,97
		INVESTIMENTOS	81,00
		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	787.185,93
		Despesas Intra-orçamentárias	149.572,52
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	149.572,52
Receita Extra - Orçamentária	6.314.231,83	Despesa Extra - Orçamentária	4.039.269,87
DEPOSITOS	606.826,31	DEPOSITOS	556.626,84
CONSIGNACOES	561.877,59	CONSIGNACOES	553.686,82
PREVIDENCIA SOCIAL	114.324,81	PREVIDENCIA SOCIAL	111.620,32
PENSAO ALIMENTICIA	28.970,93	PENSAO ALIMENTICIA	28.970,93
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	206.624,59	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	201.138,31
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.672,94	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.672,94
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	201.284,32	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	201.284,32
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	44.948,72	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.940,12
DEPOSITOS A TRANSFERIR	44.948,72	DEPOSITOS A TRANSFERIR	2.940,12
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	5.666.934,41	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	3.482.642,93
OBRIGACOES A PAGAR	1.898.582,70	OBRIGACOES A PAGAR	1.945.528,38
FORNECEDORES	163.565,63	FORNECEDORES	169.729,13
PESSOAL A PAGAR	1.531.101,87	PESSOAL A PAGAR	1.531.101,87
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	203.915,20	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	204.226,27
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	2.231.237,16	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	40.471,11
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	2.231.237,16	OUTRAS OBRIGACOES	1.537.114,55
OUTRAS OBRIGACOES	1.537.114,55	OUTRAS OBRIGACOES-DO EXERCICIO	1.537.114,55
OUTRAS OBRIGACOES-DO EXERCICIO	1.537.114,55		
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	40.471,11		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	40.471,11		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	40.471,11		
Saldos anteriores	3.504.935,40	Saldos atuais	2.344.200,11
APLICACOES NO MERCADO ABERTO	2.004.971,19	APLICACOES NO MERCADO ABERTO	2.024.552,14
BANCO C/ MOVIMENTO	1.499.964,21	BANCO C/ MOVIMENTO	319.547,97
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANCA	0,00	POUPANCA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	9.819.167,23	Total	9.819.167,23

Florianópolis - 30/11/2008

PTOLOMEU BITTENCOURT JUNIOR  
 Presidente

JAIR ANTONIO MIOTTO  
 1º Secretário

ALCEU NIECKARZ  
 2º Secretário

AMARILDO MARÇAL NUNES  
 Diretor Administrativo

VALDIR MANOEL DE SOUZA  
 Contador CRC/SC 14.000/O-0

**Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Dezembro/2006

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	3.262.495,43
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	2.802.536,63
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.468.330,50
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	315.724,23
		INVESTIMENTOS	18.481,90
		Despesas Intra-orçamentárias	459.958,80
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	459.958,80
Receita Extra - Orçamentária	33.042.761,30	Despesa Extra - Orçamentária	31.825.349,17
CREDITOS EM CIRCULACAO	2.645,42	CREDITOS EM CIRCULACAO	2.645,42
CREDITOS A RECEBER	2.645,42	CREDITOS A RECEBER	2.645,42
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	2.645,42	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	2.645,42
DEPOSITOS	994.938,92	DEPOSITOS	1.689.621,08
CONSIGNACOES	951.938,65	CONSIGNACOES	1.272.910,81
PREVIDENCIA SOCIAL	216.299,35	PREVIDENCIA SOCIAL	330.648,92
PENSAO ALIMENTICIA	41.023,78	PENSAO ALIMENTICIA	41.023,78
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	484.825,16	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	691.449,75
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.262,07	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.262,07
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	199.526,31	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	199.526,31
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	43.002,27	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	416.710,27
DEPOSITOS A TRANSFERIR	43.002,27	DEPOSITOS A TRANSFERIR	416.710,27
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	5.496.712,59	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	30.092.291,56
OBRIGACOES A PAGAR	3.265.475,43	OBRIGACOES A PAGAR	3.317.445,64
FORNECEDORES	207.928,58	FORNECEDORES	227.416,01
PESSOAL A PAGAR	2.485.929,59	PESSOAL A PAGAR	2.485.929,59
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	561.474,76	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	593.957,54
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	10.142,50	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	10.142,50
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	2.231.237,16	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	26.774.845,92
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	2.231.237,16	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	26.774.845,92
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	26.548.464,37	INTERFERENCIAS PASSIVAS	40.791,11
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	26.548.464,37	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDA	40.791,11
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	26.548.464,37	REPASSE CONCEDIDO	40.791,11
Saldos anteriores	2.344.200,11	Saldos atuais	298.116,81
APLICACOES NO MERCADO ABERTO	2.024.552,14	APLICACOES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	319.647,97	BANCO C/ MOVIMENTO	298.116,81
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANCA	0,00	POUPANCA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	35.386.961,41	Total	35.386.961,41

Florianópolis, 31/12/2006

PTOLOMEU BITTENCOURT JUNIOR  
 Presidente

JAIR ANTONIO MIOTTO  
 1º Secretário

ALCELI NIECKARZ  
 2º Secretário

AMARILDO MARCOL NUNES  
 Diretor Administrativo

VALDIR MANOEL DE SOUZA  
 Contador CRC/SC 14.000/O.0

**ANEXO B – ANEXO II DA IN N.TC-06/2008 DO TCE.****Anexo II****Designação de Servidor Tomador de Contas Especial ou  
de Comissão de Tomada de Contas**

Ato/Portaria n. ..., de \_ / \_ / \_

O SECRETÁRIO (DE ESTADO/MUNICIPAL) DA ... / DIRETOR GERAL DA ... / PRESIDENTE DA ..., no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece a legislação vigente, resolve:

**Art. 1º** Instaurar processo de Tomada de Contas Especial com a finalidade de apurar os fatos referentes a ..... (descrever o fato ensejador da tomada de contas especial).

**Art. 2º** Designar o servidor ..., matrícula nº.... ou para realizar, a partir da publicação deste Ato/Portaria e no prazo de ... dias, a tomada de contas especial, com observância das normas estabelecidas na Instrução Normativa n. TC-03/2007, visando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente.

ou

**Art. 2º** Constituir Comissão formada pelos servidores ..., matrícula.... nº....., ....matrícula.... nº.... e ..., matrícula nº.... para, sob a presidência do primeiro, realizar, a partir da publicação deste Ato/Portaria e no prazo de ... dias, a tomada de contas especial, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa n. TC-03/2007, visando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente.

Local e data

Secretário ou Diretor Geral ou Presidente

**ANEXO C – ANEXO DA IN N.TC-06/2008 DO TCE.****Anexo IV****Nota de Conferência**

<b>Item</b>	<b>Documentos</b>	<b>Fls.</b>
<b>I</b>	Ato de instauração da tomada de contas especial e de designação de servidor ou comissão – TCE	
<b>II</b>	Cópias dos comprovantes de despesas	
	Comunicações	
	Pareceres	
	Depoimentos colhidos	
	Outros elementos	
<b>III</b>	Cópias das notificações de cobranças	
	Cópia do aviso de recebimento	
	Cópia da manifestações ou defesa do responsável	
	Cópia de documento que comprove a reparação do dano	
<b>IV</b>	Cópia do ato de designação de comissão de sindicância ou de	
	Cópia dos respectivos relatórios*	
	Cópia do relatório final do inquérito policial*	
	Cópia de decisões em processos administrativos ou judiciais*	
	Cópia do registro contábil na conta Diversos Responsáveis em Apuração	
<b>V</b>	Relatório do servidor designado ou da comissão de TCE	
<b>VI</b>	Termo de aditamento	
<b>VII</b>	Notas de empenho	
<b>VIII</b>	Ordens bancárias	
	<b>Documentação referente a repasse de recursos</b>	
	<b>(art 12, § 1º )</b>	
<b>Item</b>	<b>Documentos</b>	<b>Fls.</b>
<b>A</b>	Cópias das notificações à entidade beneficiária	
<b>B</b>	Termo da avença (contrato, convênio, acordo)	
<b>C</b>	Comprovante de cadastramento do termo pela unidade executora	
<b>D</b>	Comprovação de retenção, pelo concedente, das parcelas	
<b>E</b>	Comprovante de bloqueio do beneficiado	
<b>F</b>	Processos licitatórios, dispensa ou inexigibilidade*	
<b>G</b>	Comprovação de recebimento do objeto da avença	
	<b>Documentação no caso de desfalque e desvio de bens</b>	
	<b>(art 12, § 2º )</b>	
<b>Item</b>	<b>Documentos</b>	<b>Fls.</b>
<b>I</b>	Cópia da nota fiscal de aquisição do bem ou termo de doação	
<b>II</b>	Ficha individual do bem patrimonial ou ficha de movimento	
<b>III</b>	Cópia do contrato, convênio ou termo de cessão - (bem de terceiro)*	
<b>IV</b>	Orçamentos com valores atuais do bem ou similar	
<b>V</b>	Cópia do boletim de ocorrência policial*	
<b>VI</b>	Comprovação dos registros contábeis de baixa do bem	

### **Instruções para preenchimento da Nota de Conferência**

- 1.** Escreva no campo "fls." o número das folhas onde se encontram os documentos relacionados;
- 2.** Todos os documentos exigidos deverão conter as assinaturas e qualificações dos responsáveis;
- 3.** A Nota de Conferência deve ser devidamente preenchida e assinada;
- 4.** A ausência de qualquer dos documentos relacionados na Nota de Conferência sem a devida justificativa ensejará a restituição dos autos à origem para a sua complementação.

\* Deverão ser encaminhados quando for o caso.